



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência esta sendo elaborado em cumprimento ao disposto no **artigo 7º, I, da Lei nº 8.666/93, no art. 3º, I a III da Lei nº 10.520/02** e no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019.

1.2. Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE nº 23.702/2022, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

2. DO OBJETO

2.1. Pretende-se efetuar a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA**, com fornecimento de gás refrigerante, **incluindo configuração, operação e ajustes** do sistema de climatização VRF (*Variable Refrigerant Flow*), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca **Mitsubishi**, que compreende o emprego de equipamentos/ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, podendo a manutenção ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite estabelecido no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, por se tratar de serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no Item 10.6, deste Termo de Referência.

2.1.1. O equipamento possui os seguintes componentes:

PLANILHA 1 - Visão geral do sistema VRF instalado no TRE/RO
--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SISTEMA CONFORTO E SISTEMA DE PRECISÃO	
CAPACIDADE TOTAL DAS EVAPORADORAS	364 HP - 301 TR
CAPACIDADE TOTAL DAS CONDENSADORAS	338 HP - 269 TR
Unidades Evaporadoras	152 und
Unidades Condensadoras	35 und
Controlador DIDO	01 und
Controlador (TR)	02 und
Controlador (EC)	05 und
Lossnay (LU)	15 und

2.1.2. A potência total das evaporadoras dos sistemas (Sistema Conforto e Sistema de Precisão), que inclui o Edifício Sede e o Anexo II é de **301 (Trezentos e uma) TR's - Toneladas de Refrigeração**.

2.1.3. A potência do **Sistema de Climatização de Precisão**, instalado no Anexo II, tem uma potência de **20 (vinte) TR's**, conforme item 3.2.4 deste Termos de Referência.

2.1.4. Com base nas informações acima, pode-se indicar que a potência do Sistema Conforto (Instalado no Edifício Sede) é de **181 (cento e oitenta e uma) TR's**.

2.2. As características do sistema de ar condicionado VRF da marca Mitsubishi instalado nos mencionados edifícios deste Tribunal e as orientações da fabricante quanto aos procedimentos de manutenção estão especificadas nos seguintes documentos anexos a este termo de referência:

- i. Anexo I - Memorial das Instalações Conforto;
- ii. Anexo II - Relatório da Instalação Conforto;
- iii. Anexo III - Relação de Equipamentos;
- iv. Anexo IV - Plano de Manutenção Conforto;
- v. Anexo V - Protocolo de Inspeção;
- vi. Anexo VI - Projeto Executivo - Equipamentos;
- vii. Anexo VII - Projeto Executivo - Dreno;
- viii. Anexo VIII - Projeto Executivo - Elétrico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ix. Anexo IX - Projeto Executivo - Endereçamento;

x. Anexo X - Imagens do Sistema Instalado;

xi. Anexo XXII - As Built e manutenção ar de precisão.

2.3. TODOS OS INTERESSADOS em participar do certame, poderão realizar vistoria técnica ou solicitar informações complementares do objeto, desde que o faça até o dia primeiro útil anterior à data da realização do certame. Tratando-se de vistoria, a visita deverá ser previamente agendada com a Administração do TRE de Rondônia, na forma definida no item 11 deste Termo de Referência.

2.4. A avaliação prévia do local de execução não é condição imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Caso em que, esta vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3. JUSTIFICATIVA DO NEGÓCIO

3.1. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tem como diretriz a otimização e a preservação contínua das suas instalações prediais, de modo a manter um nível adequado de uso para o público interno e externo deste Regional. Com esta linha de ação, tem-se logrado êxitos, no que se refere à minimização de desperdícios e transtornos relacionados ao uso contínuo das instalações prediais, no prolongamento da vida útil de equipamentos e na geração de condições adequadas ao exercício das atividades de seus membros, servidores e colaboradores. Dessa forma, **a contratação tem como objetivo garantir não só a manutenção das condições mínimas de funcionamento dos equipamentos, mas também de manter o conforto térmico proporcionado pelo funcionamento contínuo dos equipamentos de modo a proporcionar condições de trabalho e acesso aos membros da Corte Eleitoral, servidores, colaboradores e público em geral no complexo do TRE/RO.**

3.2. No tocante a manutenção preventiva, sabe-se que a mesma é um importante meio de manter íntegros sistemas eletromecânicos que naturalmente estão sujeitos aos desgastes pelo uso e pela ação do tempo, em vista da degradação de peças, contatos elétricos e outros equipamentos componentes do sistema de climatização VRF deste Regional. Por este motivo, faz-se necessária a implantação de um programa de manutenção preventiva regular dos equipamentos que compõem o sistema de Ar Condicionado tipo VRF no TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2.1. Vale ressaltar que apesar dos cuidados periódicos os equipamentos estão sujeitos a potenciais quebras em função do uso natural e de intempéries climáticas (descargas elétricas e outras que afetam diretamente o sistema elétrico), dessa forma o referido contrato também prevê a necessidade de contratação de manutenção preventiva e corretiva para atender essas ocorrências, haja vista o TRE-RO não dispor dos equipamentos e pessoal técnico habilitado para tais procedimentos técnicos de correção na média e alta tensão.

3.2.2. Por fim, esta contratação tem como finalidade precípua manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetivando a permanente e adequada climatização dos ambientes, de maneira a oferecer boas condições de trabalho aos servidores, serventuários, magistrados e público geral, bem como conservar o patrimônio público, evita-se assim os ônus desnecessários em manutenções corretivas, transtornos administrativos em caso de pane, além de garantir a continuidade dos Serviços Públicos prestados por este Justiça Especializada.

3.2.3. Justifica-se a contratação pelo exposto e também pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades que constam do Quadro de Pessoal TRE-RO e, ainda, o consumo de materiais de reposição empregado na manutenção, que em sua maioria, não são estocáveis pelas suas próprias características e cuja aquisição, a qualquer tempo, dificilmente ocorreria de imediato o que causariam sérios transtornos à manutenção dos equipamentos.

3.2.3.1. São considerados Materiais de consumo/ reposição os materiais elencados nos itens 4.1, x, e 4.4.3 deste Termo de Referência.

3.2.4. No prédio do Anexo II - Depósito de Urnas deste TRE-RO está instalado um sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, composto por 2 (dois) conjuntos em revezamento automático de operação, com **capacidade total de 20 (vinte) TR, composto de 2 (duas) unidades evaporadoras e 2 (duas) condensadoras, da Marca Mitsubishi.**

3.3. Quanto à manutenção corretiva, deverá a futura contratada ter pleno conhecimento, capacidade técnica e qualificação para operar adequadamente os equipamentos da marca **Mitsubishi**, do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, de modo que atue diretamente na solução de problemas que virem a ocorrer.

3.4. Tem-se ainda, a proximidade do final da vigência do **Contrato nº. 008/2018** (Evento [0301448](#)), que foi prorrogada por 4 (quatro) meses, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contar de 21/08/2023, com prazo final em 20/12/2023, previsto no - **Termo Aditivo n. 06** (Evento [1044852](#)) - torna-se necessária a contratação, ora delineada.

3.5. A empresa CONTRATADA, primeiramente, deverá extinguir todas as patologias existentes nas unidades evaporadoras e condensadoras, incluindo configurações e trocas de peças para o funcionamento completo do sistema, atualização e/ou substituição do programa supervisor, software de gerenciamento TG 2000 BMS, plataforma Microsoft Windows e apresentação dos projetos em formato (.dwg) dos ajustes corretivos “As Built”.

3.5.1. Em seguida, a empresa contratada deverá aplicar os procedimentos previstos no **item 4.3.2 deste Termo de Referência.**

3.6. Por fim, destacamos que o TRE-RO não possui mão de obra específica para realização do serviço em questão, fazendo-se necessária a contratação do mesmo, de forma a viabilizar a utilização dos equipamentos com maior eficiência e longevidade, evitando o desgaste natural dos bens, fato que poderá comprometer o rendimento destes. Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a funcionalidade dos equipamentos, com a garantia do conforto térmico para servidores e usuários do prédio, bem como prolongar a vida útil dos equipamentos.

3.7. Neste Termo de Referência foi incluso o FORNECIMENTO DE GÁS FRIGORÍGENO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO VRF, da Marca Mitsubishi, instalado no TRE-RO, em face da impossibilidade de guarda e estocagem em local adequado para tal fim, em cumprimento às normas legais, que requereria espaço preparado para este fim. Além dessas, leva-se em conta a disposição de vasilhames que facilitem o manuseio da equipe técnica da contratada, que teriam de ser adquiridos juntamente com outros de maior porte para a estocagem do elemento frigorígeno.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1. DEFINIÇÕES E CONCEITOS: Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE/CONTRATADA, os quais visam atender à conveniência da organização dos serviços de manutenção, fica estabelecida a adoção dos seguintes conceitos e definições:

a) **Manutenção:** Conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável aos Sistemas e Equipamentos, **não**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compreendendo esta denominação os serviços que impliquem ampliação ou modificação de projeto e especificações desses sistemas ou equipamentos;

b) Manutenção Preventiva: Conjunto de ações desenvolvidas sobre um equipamento ou sistema com programação antecipada e efetuada, dentro de uma periodicidade, através de inspeções sistemáticas, detecções e de medidas necessárias para evitar falhas, com o objetivo de mantê-lo em pleno funcionamento;

c) Manutenção Preditiva: possuem o objetivo principal de **antecipar e encontrar a raiz de problemas em máquinas e equipamentos**. Ou seja, mesmo antes de se tornarem problemas potenciais, agindo quando ainda somente se encontrem ou apresentem sintomas. Isso é possível graças ao seu modo de aplicação, por meio de monitoramento constante.

d) Manutenção Corretiva: Tipo de manutenção mobilizada após ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento dos sistemas ou equipamentos;

e) Sistema: Conjunto de equipamentos, elementos ou materiais, ligados fisicamente ou não, os quais, com o desempenho de suas funções individuais, contribuem para uma mesma função;

f) Equipamentos: Conjunto de elementos agrupados fisicamente para executar determinada função;

g) Função do Sistema: Atividade-fim ou atividade principal para a qual existe o sistema;

h) Função Individual de um Equipamento: Atividade-fim ou atividade principal para a qual existe o equipamento;

i) Programa de Manutenção: É o plano de trabalho elaborado para os equipamentos do sistema de ar condicionado, seguindo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, sequências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços;

j) Defeito: Anormalidade num equipamento ou sistema, cuja ocorrência não impeça o desempenho de sua função;

k) Falha: Anormalidade num equipamento ou sistema que resulte interrupção da capacidade de desempenhar sua função;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I) Níveis de Anormalidades: É a graduação de consequências das falhas e defeitos nos equipamentos ou nos sistemas, subdivididos em:

*i) **Urgência:** Ocorrência de defeito ou falha, num equipamento ou sistema, que resulte na paralisação parcial ou total de equipamentos com influência no Sistema de Ar-Condicionado;*

*ii) **Alerta:** Ocorrência de defeito ou falha, num equipamento ou sistema, que poderá acarretar uma situação descrita no item "a";*

*iii) **Falha:** Ocorrência de falha, num equipamento ou sistema, que não acarrete as consequências descritas no item "a".*

m) Ocorrência: Qualquer acontecimento não previsto na rotina dos Programas de Manutenção ou Operação;

n) Diário de Ocorrência/ Serviços: É o documento no qual são registradas, cronologicamente, as ocorrências verificadas na execução dos serviços (pode ser físico ou eletrônico);

o) Equipamentos Individuais ou Coletivos de Segurança: São todos os equipamentos exigidos pelos órgãos governamentais para execução de serviços profissionais, tais como luvas, capacetes, botas, cintos, óculos, etc., fornecidos pela CONTRATADA, dentro do preço fixo cobrado pela execução dos serviços;

p) Equipes de Manutenção: São as equipes de pessoal constituídas por empregados da CONTRATADA para execução direta dos serviços sob a sua responsabilidade. Serão constituídas por profissionais com atribuição técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência, devidamente reconhecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e técnicos em refrigeração;

q) Tempo de Atendimento de Urgência: É o tempo determinado para mobilização, pela CONTRATADA, dos recursos necessários visando sanar defeitos ou falhas dos equipamentos. Deverá constar do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;

r) Equipamento Crítico: São os equipamentos cuja falha ou defeito acarretará situações anormais, conforme definido nas alíneas "a" e "b" do item XI;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

s) Normas Técnicas: É a designação genérica do conjunto de métodos, especificações, padronizações e terminologia estabelecidas pelo fabricante dos equipamentos, pela ABNT e pelo CONTRATANTE, para a execução dos serviços de manutenção e operação dos sistemas ou dos equipamentos;

t) Especificação: É o conjunto de preceitos destinados a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para os materiais, elementos ou subconjuntos dos componentes de equipamentos e sistemas;

u) Métodos: É o conjunto de preceitos destinados a estabelecer regras, condições e programa para execução dos serviços, dos equipamentos e sistemas;

v) Equipamentos e Ferramentas Básicas de Manutenção: São equipamentos (ferramentas, máquinas, instrumentos de teste ou de medição) que a CONTRATADA deverá obrigatoriamente dispor e que serão utilizadas para os serviços, devendo o seu custo estar contido no preço mensal do contrato.

x) Materiais de consumo para a Manutenção Preventiva: São todos os materiais aplicáveis na execução de serviços de manutenção preventiva dos equipamentos ou instalações, na forma definida neste termo de referência, fornecidos pela CONTRATADA, incluídos no preço mensal cobrado pela execução dos serviços. Entre os quais está incluído o GÁS DE REFRIGERAÇÃO do sistema de climatização deste Regional;

w) Peças de Reposição: São todas as peças de reposição empregadas na execução dos serviços de manutenção **corretiva** do sistema, as quais serão adquiridas e fornecidas unicamente pelo CONTRATANTE, após a observância do procedimento detalhado neste termo de referência.

4.2. LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.2.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

a) Edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado Av. Presidente Dutra, nº 1.889, Bairro Baixa da União, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.805-859;

b) Depósito de Urnas (Anexo II), contíguo ao Edifício-sede, no mesmo endereço descrito no item anterior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2.2. Os serviços de manutenção preventiva serão prestados, preferencialmente, no período de 08 às 18 horas dos dias úteis e, quando necessário, aos sábados e domingos, conforme determinação da fiscalização do contrato.

4.2.3. Quando houver necessidade de realização de serviços em dias e horários não especificados neste subitem, para o cumprimento de prazos contratuais, a CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, para que seja providenciado o devido suporte à execução das atividades.

4.2.4. Tratando-se de manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá observar, ainda, as regras estabelecidas no subitem 4.4.2.2, deste Termo de Referência.

4.2.5. Atendimentos de chamados: a empresa deve fornecer os telefones, whatsapp, e-mail ou outra forma de comunicação para atender os chamados decorrentes dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva..

4.2.5.1. Chamados de MANUTENÇÃO CORRETIVA E URGÊNCIA CORRETIVA:

a) No quadro abaixo, ficam estabelecidos os tempos máximos para atendimento em manutenção corretiva, urgência corretiva e solução:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Definição de modalidade de licitação - REPETIÇÃO - Termo de referência - Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 197 / 2023 -
PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à Contratação de serviço especializado para manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal, consoante Termo de Abertura ([0958499](#)) e Solicitação da Contratação n. 8/23 ([0966241](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do **Parecer Jurídico n. 124/2023** ([1019838](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela adoção da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, sendo **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06; pela possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 10.5 c/c 4.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93; pela aferição por parte da SAOFC sobre a efetiva demonstração de indicação da fonte orçamentária para a cobertura das despesas da contratação no exercício de 2023.

03. Pelo despacho n. 1195/2023 ([1020001](#)), o Secretário da SAOFC enviou o processo à SEMAP para indicação da fonte orçamentária e à COFC para complementação da programação. Por meio da informação n. 44/2023 ([1022643](#)), a SEMAP informou que haveria a diminuição do prazo contratual no ano de 2023 para apenas 4 (quatro) meses, em vez do 6 (seis) meses iniciais previstos. Registrou também que a dotação orçamentária disponível, em torno de R\$ 178.274,66 (cento e setenta e oito mil duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), seria suficiente para suportar a pretensa contratação, além de concluir que, desta forma, **não** haveria a necessidade de suplementação da programação orçamentária.

04. Por conseguinte, o SAOFC manifestou-se, entre outros aspectos, pela aplicabilidade dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002, aprovação do novo Termo de Referência - SEMAP 11/2023 ([1019047](#)), inaplicabilidade do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regime de exclusividade às ME/EPP's, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06, em detrimento do valor da contratação e impossibilidade de fracionamento e remeteu o feito à deliberação superior. ([1022834](#)). Na sequência, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral diligenciou a SAOFC e SEMAP para atualização dos valores estimados relativos no ano de 2023 constantes na Planilha 5 (Aderência Orçamentária) do TR n. 11/2023([1019047](#)) em função do ajuste acima noticiado. Em atendimento, a SEMAP juntou o novo Termo de Referência de número 13/2023 ([1024390](#)) e a informação 45/2023 ([1024458](#)) para o saneamento do feito. Na sequência o SAOFC encaminhou o feito à **COFC** ([1024558](#)) para juntada de nova programação orçamentária em conformidade com os valores atualizados no Termo de Referência nº 13 ([1024390](#)). A nova programação orçamentária da despesa foi juntada no evento ([1024717](#)), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

05. Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 723/2023 ([1026401](#)), o Diretor-Geral substituto, entre outros aspectos, **ratificou a aprovação** do ETP ([0967470](#)) e, aprovou o **Termo de Referência nº 13/2023 - SEMAP** ([1024390](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#); **autorizou a licitação na modalidade pregão**, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019; **ratificou** a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a divulgação dos valores estimados para a contratação.

06. Assim, o titular da SAOFC enviou o feito à ASLIC para elaboração da minuta de edital, a **SECONT** para ajuste da minuta contratual, nos moldes delineados pelo item 23



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Parecer Jurídico n. 124/2023 - AJSAOFC ([1019838](#)), e, por fim, a esta Assessoria para parecer ([1026732](#)). A SECONT carrou aos autos a nova minuta de contrato ([1027115](#)), a ASLIC juntou a minuta de edital ([1029121](#)), ambos aprovados pelo Parecer Jurídico nº 141/2023 ([1031844](#)).

07. Concluída, enfim, a longa fase interna, reiniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 13/2023 ([1033342](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1033370](#)). Houve pedido de esclarecimento acerca de inúmeros aspectos da contratação ([1036973](#)), motivo pelo qual a ASLIC solicitou manifestação da unidade demandante, como acerca da possibilidade de suspensão do certame ([1036977](#)). Em resposta, a SEMAP remete-se ao conteúdo da Informação nº 18/2023, juntada no evento [1037469](#) do PSEI [0001028-38.2023.6.22.8000](#), que (...) *em síntese trata de um aparente conflito envolvendo os objetos dos procedimentos de contratações(...)* e solicita a suspensão do certame, efetivada por publicação no DOU ([1038879](#)) e baixa da programação orçamentária ([1039502](#), [1039526](#) e [1039527](#)).

08. Após o referido incidente a unidade demandante juntou ao processo os seguintes documentos:

I - Termo de Referência nº 15/2023 ([1046699](#)), depois substituído pelo Termo de Referência nº 16/2023 ([1055235](#));

II - Anexo nº XII - Laudo técnico defeitos ([1046706](#));

III - Anexo nº XIII - Relatório técnico proposta solução ([1046708](#));

IV - Anexo nº XIV - Ordem de execução - manutenção corretiva ([1046710](#));

V - Anexo nº XVI - Modelo de proposta ([1046712](#)).

09. As inovações foram assim justificadas pela SEMAP ([1046715](#)):

I - Foi identificada a necessidade de revogar a publicação do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 ([1033342](#)) com consequente ajustes no TR para retirar a previsão de fornecimento de peças pela futura contratada, vez que, no Brasil,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

essas são comercializadas por fornecedor exclusivo, fato comprovado por Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA;

II - Avaliada a situação, entendeu-se mais adequado tramitar dois processos distintos: para a contratação dos serviços necessários e outro para a compra das peças junto ao fornecedor exclusivo;

III - A nova modelagem da contratação possibilitou sanar os aparentes conflitos e questionamentos relacionados à previsão de fornecimento excepcional de peças pela contratada responsável pela execução dos serviços;

10. Por fim, a unidade demandante solicita autorização para republicação do edital do pregão eletrônico nº 13/2023, ajuste na minuta do contrato e programação orçamentária no valor de R\$ 10.941,15, referente ao período de 21 a 31 de dezembro 2023. Por meio do Despacho nº 1910/2023 ([1051991](#)), a Secretária substituta da SAOFC determinou o envio do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento, à COFC para a programação pretendida, à SECONT para elaboração de nova minuta e, por fim, a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

11. Verifica-se que a SAC, por fim, analisou o novo TR nº 16/2023 ([1055235](#)) e conclui por sua regularidade nos seguintes termos ([1055601](#)):

(...)

4 - A Unidade Demandante adicionou ao objeto o fornecimento de gás frigorígeno, com detalhamento no subcapítulo 3.7, destaca-se que o fornecimento não constava do Termo de Referência anterior, a Unidade Demandante também manteve-se silente com relação ao possível impacto financeiro que poderia acarretar na pesquisa de preços e na elaboração da proposta pelos licitantes. O aumento de custos não repassados na pesquisa de preços, a princípio, não inviabiliza a deflagração do certame, mas pode resultar no fracasso da licitação em virtude de possível desinteresse dos licitantes.

(...)

7 - CONCLUSÃO: Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA 16/2023** - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([1055235](#)) -

complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

12. A SPOF trouxe ao processo a programação orçamentária dos valores previstos para execução no ano de 2023, oportunidade em que afirmou a regularidade da despesa em relação às leis orçamentárias aplicáveis ([1057526](#)). Por sua vez, o Coordenador da COFC registrou que não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME e que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

13. Veio ao processo a nova minuta do futuro contrato, juntada pela SECONT no evento ([1057215](#)). Dessa forma instruído, aportou o processo para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

14. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

2.1 Aplicação da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 ao procedimento da contratação pretendida - Possibilidade.

15. Registra-se que a presente contratação encontra-se formatada nos moldes da **Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93** e que **há autorização expressa**, por parte da autoridade competente, datada de 30/03/2023 ([0993736](#)) e posteriormente, quando da repetição do certame, em 27/06/2023 ([1026401](#)), para utilização dos referidos normativos, em harmonia com o **Acórdão nº 507/2023 – TCU –**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Plenário.

16. Dessa forma, já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do **art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021**, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

2.2 Das alterações promovidas ao Termo de Referência originalmente aprovado n. 8/2023 ([0999106](#)) - Adequação do objeto - Novo Termo de Referência e anexos - Possibilidade.

17. Como registrado no relato deste parecer, esta Assessoria Jurídica já se manifestou pela juridicidade da contratação por meio do Parecer Jurídico n. 124/2023 ([1019838](#)), havendo também manifestação favorável do titular da SAOFC ([0992608](#)), a necessária aprovação dos atos da fase interna do procedimento e autorização da autoridade administrativa ([0993736](#)). Ocorre que, embora tenha havido aprovação jurídica da minuta ([1029121](#)), o Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 13/2023 ([1001448](#)) regularmente publicado ([1001449](#)), foi alvo dos questionamentos já relatados. Além disso, a unidade demandante noticiou incongruência do objeto do certame com aquele tratado no PSEI [0001028-38.2023.6.22.8000](#), qual seja, a contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF. Por tal motivo, o certame encontra-se suspenso ([1038879](#)).

18. Como também constou do item 9 do relatório deste parecer, a SEMAP ajustou o TR n° 13/2023 ([1024390](#)) para retirar a previsão de fornecimento de peças pela futura contratada. Em função disso, trouxe ao processo o Termo de Referência n° 15/2023 ([1046699](#)) - depois substituído pelo Termo de Referência n° 16/2023 ([1055235](#)) e os seguintes novos anexos: a) anexo n° XII - Laudo técnico defeitos ([1046706](#)); b) Anexo n° XIII - Relatório técnico proposta solução ([1046708](#)); c) Anexo n° XIV - Ordem de execução - manutenção corretiva ([1046710](#)) e anexo n° XVI - Modelo de proposta ([1046712](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Nesse sentido, constatado que o termo de referência nº 11/2023 ([1019047](#)) originário da contratação foi aprovado pela autoridade administrativa - embora esse documento tenha sofrido pequena alteração para indicação da fonte orçamentária, culminando no TR nº 13/2023 - entende-se que resta a esta Assessoria Jurídica pronunciar-se tão só sobre as alterações supervenientes ao documento pretérito, o que se fará adiante:

I - Termo de Referência nº 16/2023 ([1055235](#)):

De acordo com a SEMAP ([1046715](#)), a retirada (do objeto) da previsão de fornecimento de peças pela futura contratada é justificada pelo fato de que, no Brasil, as peças são comercializadas por fornecedor exclusivo, fato comprovado por Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA

Pouco a acrescentar sobre a medida haja vista que sua manutenção configuraria uma **condição materialmente impossível**. Isso porque a futura contratada não poderia cumprir tal obrigação, reservada, por força do referido documento de exclusividade, à FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA.

Quanto às consequências práticas do ajuste, citam-se:

a) a alteração do detalhamento do objeto, do qual foi extraído a obrigação de fornecimento de peças, item 2.1 do capítulo 2 do TR;

Nota 1: A SAC registrou em sua análise ([1055601](#)) que foi acrescentado ao objeto o fornecimento de gás refrigerante, embora a SEAP não tenha dito sobre o possível **impacto financeiro** na pesquisa de preços e na elaboração da proposta pelos licitantes. Anota que o aumento de custos não repassados na pesquisa de preços, a princípio, não inviabilizaria a deflagração do certame, mas poderia resultar no fracasso da licitação em virtude de possível desinteresse dos licitantes.

Bastante pertinente a preocupação trazida pela SAC. Contudo, verifica-se que a obrigação do fornecimento do gás, embora não integrasse expressamente o detalhamento do objeto do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TR nº 13/2023, já estava nele prevista, presumindo-se que integraria o valor mensal dos serviços. Veja-se:

4.4.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

a.

iii) Realizar complementação da carga de gás em eventuais vazamentos;

4.4.3.2. FORNECIMENTO DE PEÇAS - MANUTENÇÃO CORRETIVA:

a.

vi) O CONTRATANTE fornecerá o gás refrigerante caso seja necessário complementar o sistema, desde que não fique demonstrado que a perda do gás tenha ocorrido por ato culposo ou doloso dos empregados da CONTRATADA, situação que enseja a reparação de danos ao CONTRATANTE.

b) a alteração do procedimento de fornecimento de peças, do qual consta agora que a Administração-contratante será o único fornecedor das peças de reposição, item item 4.4.3.2 do capítulo 4 do TR;

c) diversas outras pequenas correções para ajustar a redação à nova modelagem da contratação;

d) **alteração do valor de referência:** exclusão do valor previsto com o fornecimento de peças do quadro inserto no item 6.1.1, capítulo 6 do TR.

Nota 2: Verifica-se que a SEMAP não se manifestou sobre as questões suscitadas no pedido de esclarecimento juntado no evento [1036973](#). Entende-se que tal medida seria bastante salutar para a celeridade da tramitação do certame. Contudo, tratando-se de incidente manejado por empresa especializada em licitações, possivelmente os questionamentos serão reprisados quando da publicação do novo edital.

II - Anexo nº XII - Laudo técnico defeitos ([1046706](#)):

Em relação ao anexo anterior ([1009679](#)) apenas foi dele excluído a previsão de fornecimento de peças contratada, agora incumbência exclusiva do contratante.

III - Anexo nº XIII - Relatório técnico proposta solução ([1046708](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em relação ao anexo anterior ([1009680](#)) apenas foi dele excluído a previsão de fornecimento de peças contratada, agora incumbência exclusiva do contratante.

IV - Anexo nº XIV - Ordem de execução - manutenção corretiva ([1046710](#)):

Em relação ao anexo anterior ([1009681](#)), foi excluída a previsão de fornecimento de peças contratada.

V - Anexo nº XVI - Modelo de proposta ([1046712](#)):

Em relação ao anexo anterior ([1019050](#)), foi excluído do quadro o valor estimado com consumo eventual de peças, na ordem de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) por ano.

III – CONCLUSÃO

19. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica, trazendo a esta, no que não incompatível, os fundamentos e as conclusões dos pareceres jurídicos n. 58/2023 ([0992537](#)) e nº 124/2023 ([1019838](#)):

I - De forma preliminar, pela possibilidade da aplicação dos regimes da Lei 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 a esta contratação, de acordo com a **Portaria SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023** com as adequações determinadas pelo **ACÓRDÃO Nº 507/2023 – TCU – Plenário, na forma apontada na Seção 2.1 deste parecer**. Para tanto, **orienta** à autoridade administrativa competente que, quando da deliberação, caso positiva, registre de forma expressa, a opção do regime das referidas leis e que a contratação poderá ter seu procedimento continuado com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do edital seja materializada até 31/12/2023.

II – Considerando o conteúdo do Termo de Referência n. 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), também analisado e considerado regular pela SAC ([1055601](#)), conclui-se que o instrumento contém, em sua forma, os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser aprovado pela autoridade competente (**inciso II do art. 14** do mesmo regulamento);

III – Pela possibilidade da contratação dos serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;**

Conforme registrado no item 12 deste parecer 58/2023, foi juntado ao processo a programação orçamentária dos valores previstos para execução no ano de 2023, oportunidade em que afirmou a regularidade da despesa em relação às leis orçamentárias aplicáveis ([1057526](#)). Por sua vez, o Coordenador da COFC registrou que não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME e que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

IV – Em razão do valor estimado do lote único exceder o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06;

V – Possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 4.5 c/c 10.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93;

VI – Conquanto haja possibilidade de restrição na divulgação dos valores estimados da contratação, na forma do **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, a SEMAP entende-se que a divulgação é medida mais adequada.** Primeiro porque, na prática, os valores são sempre divulgados em razão de solicitações dos competidores; segundo e principalmente porque, em razão do objeto possuir características bastante próprias, a publicidade do valor oportunizará aos interessados o conhecimento prévio do valor máximo de aceitação, evitando-se propostas aventureiras e extremamente desvinculadas da realidade do certame, como registrado no item 6.3, III do TR;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII – Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no item 5.2 do TR, apontados na **Seção 3.6** do Parecer Jurídico n. 58/2023.

20. Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [1057215](#)- sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Assim, para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 08/09/2023, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1058019** e o código CRC **A3DBFC30**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1058019v29

PLANILHA 2 - Tempo dos Chamados

Tipo de Sistema	Tipo de Chamado	Tempo Máximo para atendimento	Tempo máximo para solução
------------------------	------------------------	--------------------------------------	----------------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sistema Conforto	Manutenção Corretiva	4 - 6 horas	48 horas
	Urgência Corretiva	2 horas	24 horas
Sistema de Precisão (Data Center)	Manutenção Corretiva	1 hora	4 horas
	Urgência Corretiva	30 minutos	2 horas

4.3. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. Os serviços consistem, BASICAMENTE, na operação e manutenção preventiva, preditiva e corretiva, a ser realizado por equipe técnica contratada através de visitas técnicas programadas. Estas devem englobar todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais e urgentes nos equipamentos do sistema, incluindo seus subsistemas e componentes, tubulações frias e isolamentos visando manter as características de funcionalidade. Os serviços de manutenções incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza dos equipamentos do sistema.

4.3.2. A execução do objeto compreenderá a seguinte dinâmica:

a) CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

i) A contratada deverá realizar uma vistoria prévia nos equipamentos do sistema de VRF do TRE-RO, em até 5 (cinco) dias, contados a partir da autorização da ordem de início da execução dos serviços, a fim de adotar ações de avaliação e elaborar um Relatório técnico com fotografias, a ser entregue em que conterà: avaliação dos componentes do sistema (funcionamento, operação e integridade), inclusive óleo e fluido refrigerante; cronograma das intervenções corretivas para solução dos problemas identificados. **O RELATÓRIO DE**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AValiação Técnica Inicial deverá ser entregue ao fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da vistoria técnica.

ii) Entrega do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI;

iii) Entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente a execução dos serviços de manutenção, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI;

iv) Entrega do Cronograma de Manutenção (de 52 semanas), para aprovação da Gestão/ Fiscalização, em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI;

v) Entrega de modelo da Ficha Histórico para cada equipamento do sistema VRF, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI, que deverá ser aprovada pela Fiscalização/ Gestão;

vi) Entrega de modelo de Diário de Ocorrência/ Serviços, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI, que deverá ser aprovada pela Fiscalização/ Gestão.

vii) Indicação de preposto e membros da equipe técnica. além de telefones, e-mail e outros contatos para atendimento.

viii) Declaração contendo o rol de equipamentos, mão-de-obra e softwares para execução do presente contrato (Anexo XVII - Modelo de Declaração de Disponibilidade - [1019072](#));

ix) Indicação do *software* específico do fabricante do sistema de ar-condicionado existente, a ser instalado em computador tipo *lap-top*, de propriedade da CONTRATADA, ou locado sem ônus ao CONTRATANTE, nos termos do subitem 4.4.1, "b" e "d", deste TR, para detecção de falhas dos equipamentos que não constam nos displays dos controles centrais do sistema de climatização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

a) Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente: às disposições legais da União; às normas dos órgãos de fiscalização de vigilância sanitária da União, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho e, em especial, à Portaria nº 3.523/GM, de 28/8/1998, do Ministério da Saúde, ou outra que venha a substituí-la; às normas e especificações constantes deste termo de referência e seus anexos; às normas da ABNT e às normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT. A contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela ANVISA;

b) Para a detecção de falhas nos equipamentos, não demonstradas no display dos controles centrais dos sistemas VRF, a CONTRATADA deverá disponibilizar *software* específico do fabricante do sistema de ar-condicionado existente, a ser instalado em computador tipo *lap-top*, de propriedade da CONTRATADA, ou locado sem ônus ao CONTRATANTE, o qual será conectado às unidades condensadoras do sistema de ar-condicionado.

c) A fiscalização poderá solicitar, a qualquer momento, da CONTRATADA, o relatório das leituras de erros realizadas pelos softwares específicos da fabricante. O atendimento deverá ser o mais breve possível, em face do caráter público da informação, sendo dispensado o prazo máximo de 1 (um) dia útil para atender o pedido ;

d) Para atendimento das exigências abaixo apontadas neste subitem, **a CONTRATADA deverá dispor ou adquirir os seguintes sistemas e dispor de equipamentos e mão-de-obra especializada:**

i) Software de inspeção do Fabricante do Sistema: Maintenance Tool, versão atualizada da Mitsubishi Eletric para os equipamentos do TRE/RO;

ii) Acesso ao software através da rede LAN, usando o controlador central do sistema como Interface ou através



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de interface avulsa de uso reservado às empresas credenciadas MN-Tool CMS-MNF-G;

iii) Notebook com configuração mínima exigida pelo software de inspeção;

iv) Técnico especializado na utilização das ferramentas elencadas neste subitem, capacitado para interpretação das leituras e resultados obtidos.

e) Para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA fornecerá todas as ferramentas necessárias, todo o instrumental de testes, equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos adequados à execução das atividades, devendo estes permanecerem na posse da sua equipe técnica no local dos serviços.

f) Nos dias programados para as manutenções, preventivas e/ ou corretivas, os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se à fiscalização, previamente ao início dos serviços, para o devido registro de presença.

g) A CONTRATADA deverá informar previamente à fiscalização os setores do prédio nos quais serão realizados os serviços e as possíveis interferências que poderão gerar na utilização do sistema pelos usuários da edificação.

h) O CONTRATANTE poderá recusar quaisquer serviços, materiais de consumo empregados ou acessórios que não satisfaçam as condições contratuais, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificações do fabricante do sistema e demais legislações vigentes ou que não atendam ao padrão de qualidade desejável na forma estabelecida neste Termo de Referência.

i) Havendo necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para conserto na oficina da CONTRATADA o fato deverá ser comunicado previamente à fiscalização do CONTRATANTE para análise e autorização.

j) A CONTRATADA deverá providenciar a **completa limpeza/ sinalização dos locais onde forem executados os serviços**, de modo a não causar transtornos aos trabalhos da Administração CONTRATANTE. Nos reparos em tubulações de sistemas em que haja a necessidade da desmontagem parcial de forros ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer outra instalação a CONTRATADA deverá providenciar a remontagem após o término do serviço.

k) A direção técnica dos serviços contratados caberá exclusivamente à CONTRATADA, que se obriga a obedecer aos procedimentos de trabalhos por si elaborados, de comum acordo com a fiscalização, respondendo a CONTRATADA civil e criminalmente por qualquer ônus, dolo ou culpa.

l) A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente do transporte (ida e volta) dos equipamentos, componentes, partes e peças que forem retiradas - com autorização prévia da fiscalização conforme modelo **ANEXO XI** deste termo de referência - para manutenção externa às dependências de prestação dos serviços, cuja retirada deverá obedecer às normas do TRE/RO. Nessa situação a CONTRATADA deverá fornecer, no prazo máximo de 24 horas, a partir da retirada dos equipamentos, Laudo Técnico Individualizado contendo a descrição dos defeitos encontrados e os procedimentos que serão executados para saná-los na forma do **ANEXO XII** deste termo de referência.

m) Toda a mão-de-obra utilizada na execução dos serviços deverá ser fornecida pela CONTRATADA e será composta por técnicos especializados e devidamente habilitados em manutenção de equipamentos iguais ou equivalentes aos descritos nestas especificações. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

n) Nas manutenções preventivas e corretivas deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o locais deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA para cumprimento às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

o) Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, o **RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL DE SERVIÇOS** na forma do subitem 4.4.3.3 deste termo de referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

p) A CONTRATADA deverá manter atualizados os registros das intervenções de cada equipamento em uma **Ficha - Histórico**, conforme modelo do **ANEXO XV** deste termo de referência, a qual deverá ser apresentada sempre que solicitada pela fiscalização.

4.4.2. PERIODICIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

a) As atividades de manutenção preventiva deverão ser executadas em períodos mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais, dependendo do tipo de serviço a ser executado, conforme rotina prevista no **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE** – PMOC elaborado pela CONTRATADA, o qual deverá contemplar, também, as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, empresa fornecedora e instaladora do sistema, conforme **ANEXO IV** deste termo de referência.

b) IMPORTANTE: A ausência do PMOC não desobriga a contratada de realizar os serviços de manutenção preventiva previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, **ANEXO IV** deste termo de referência.

4.4.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

a) Na detecção de falhas ou defeitos em componentes do sistema que acarretem sua paralisação parcial ou total - desde que não comprometam o funcionamento das atividades do CONTRATANTE - a fiscalização acionará a CONTRATADA, por meio de contato telefônico ou correio eletrônico, cientificando-a da ocorrência, estabelecendo-se o prazo máximo de 2 (duas) horas (**TEMPO DE ATENDIMENTO**) para encaminhamento do pessoal técnico habilitado para o início da execução dos serviços necessários ao imediato funcionamento do equipamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Na detecção de falhas ou defeitos em componentes do sistema que acarretem sua paralisação parcial ou total - que comprometam o funcionamento das atividades do CONTRATANTE - a fiscalização acionará a CONTRATADA, por meio de contato telefônico ou correio eletrônico, cientificando-a da ocorrência, estabelecendo-se o prazo máximo de 30 (trinta minutos (TEMPO DE ATENDIMENTO)) para encaminhamento do pessoal técnico habilitado para o início da execução dos serviços necessários ao imediato funcionamento do equipamento.

c) Nas vésperas e nos dias em que ocorrerem eleições oficiais, a partir das 07h00min até o término da eleição (apuração e envio dos resultados ao TSE), a CONTRATADA deverá manter no mínimo um técnico de refrigeração da equipe de manutenção oficial à disposição presente no Prédio Sede do CONTRATANTE, na cidade de Porto Velho, para atendimento imediato, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

d) Em datas associadas às atividades das eleições oficiais, a critério do CONTRATANTE, como por exemplo o fechamento do cadastro eleitoral, mesmo que ocorra em dias não úteis, a CONTRATADA deverá atender aos chamados em até 30 minutos após seu recebimento.

e) O prazo para a conclusão dos serviços de manutenção corretiva será de 24 (vinte e quatro) horas (TEMPO DE SOLUÇÃO), a contar da data/horário do recebimento da “Ordem de Execução de Manutenção Corretiva” pela CONTRATADA, a ser emitida pela FISCALIZAÇÃO após a disponibilidade das peças necessárias à execução dos serviços.

f) Dependendo do nível de anormalidade e a graduação do defeito ou falha, o prazo de execução dos serviços será negociado diretamente com o fiscal do contrato.

g) A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE a conclusão dos serviços e o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fechamento do chamado para os procedimentos de recebimento pela fiscalização.

h) Os técnicos da contratada, após realizar o diagnóstico do problema, deverão apresentar **Relatório Técnico - Proposta de Solução**, conforme modelo do **ANEXO XIII**.

i) O prazo geral para a conclusão dos serviços de manutenção corretiva será de 24 (vinte e quatro) horas (TEMPO DE SOLUÇÃO), contado da data/horário do recebimento pela CONTRATADA, podendo ser alterado pela fiscalização em razão da complexidade dos serviços ou outros fatores verificados no caso concreto.

j) O **Relatório Técnico - Proposta de Solução** deverá conter, além de outros dados, as seguintes informações:

i) a descrição das falhas ou defeitos;

ii) a descrição das peças a serem fornecidas pelo CONTRATANTE, se houver necessidade;

*iii) o prazo para realização dos serviços (TEMPO DE SOLUÇÃO), contados do recebimento da **Ordem de Execução de Manutenção Corretiva** - conforme modelo do **ANEXO XIV** deste termo de referência.*

k) A Ordem de Execução de Manutenção Corretiva será emitida pela fiscalização após aprovação do **Relatório Técnico - Proposta de Solução** e disponibilidade das peças necessárias à execução dos serviços.

l) Na ocorrência de indisponibilidade da peça no almoxarifado ou da impossibilidade de o CONTRATANTE adquiri-lá diretamente do fabricante em prazo considerado razoável, a CONTRATADA poderá fornecer a peça diretamente, conforme condições estabelecidas neste termo de referência, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação da fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

m) Caso a CONTRATADA não conclua os serviços de manutenção corretiva nos prazos estipulados pela fiscalização, deverá apresentar justificativa técnica por escrito, comunicando a ocorrência do fato excepcional ou imprevisível para subsidiar o fiscal do contrato na análise da ocorrência visando a uma eventual prorrogação dos prazos estipulados.

n) A manutenção corretiva apenas será considerada concluída pelo atesto da fiscalização do CONTRATANTE. **É vedado à CONTRATADA incluir no relatório de manutenções corretivas quaisquer serviços ainda não concluídos e sem o ateste da fiscalização do contratante.**

o) Nas manutenções corretivas que ocorram em até 20 (vinte) dias, anteriores às frequências estabelecidas nas manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá realizar os seguintes serviços e reparos, independente dos cronogramas definidos no PMOC:

i) Desmontar e montar (solda) o sistema frigorígeno (tubos de cobre);

ii) Executar testes de vazamento dos sistemas frigorígenos;

iii) Realizar complementação da carga de gás em eventuais vazamentos;

iv) Proceder à substituição de aparelhos de ar condicionado, sempre que diagnosticado defeito mais grave que inviabilize o seu conserto. O novo equipamento será fornecido pelo CONTRATANTE, mediante laudo técnico emitido pela Contratada que justifique tal substituição. O equipamento danificado deverá ser devolvido ao CONTRATANTE, ficando o transporte do equipamento até o local designado pela fiscalização a cargo da Contratada;

v) Executar ajustes nas conexões de força e nos relês de proteção, botoeiras de comando, sequência de partida, controles de temperatura e umidade, pressostato de alta e baixa pressão,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pressostato de óleo, nível de óleo dos compressores e válvulas de serviço;

vi) Identificar focos de ferrugens;

vii) Identificar e corrigir a existência de ruídos ou vibrações anormais, bem como falhas no isolamento termo acústico dos equipamentos;

viii) Registrar as temperaturas do ar externo, do ar ambiente, de retorno, de insuflamento, da tomada de ar do condensador e da descarga de ar do condensador. Se estes registros apontarem baixo rendimento, deverá ser providenciada, de imediato, manutenção corretiva para elevar o rendimento a níveis adequados;

ix) Registrar a umidade do ambiente condicionado;

x) Realizar o nivelamento do equipamento de ar-condicionado;

xi) Inspeccionar e limpar os quadros elétricos e a fiação;

xii) Registrar a tensão e corrente dos motores, dos ventiladores e compressores;

xiii) Corrigir vazamentos de gás refrigerante, quando detectados;

xiv) Verificar as condições do tubo capilar da válvula de expansão termostática e, em caso de obstrução ou má regulagem, proceder ao imediato reparo;

xv) Verificar o estado de conservação dos filtros secadores (linha de líquido) e de sucção, bem como de todas as válvulas de serviços ou de inspeção e dos rolamentos dos motores e ventiladores;

xvi) Limpar os filtros de ar, bandeja de água condensada, drenos e serpentina dos evaporadores, bem como providenciar a limpeza geral dos equipamentos (interna e externamente) e das casas de máquinas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

xvii) Verificar, com o uso de megômetro devidamente calibrado, se o isolamento elétrico entre fases e a carcaça do compressor, dos motores dos ventiladores, do condensador e do evaporador está em conformidade com os níveis mínimos recomendados;

xviii) Reapertar os parafusos das bases dos motores, compressores e de todas as conexões elétricas;

xix) Balancear o circuito frigorígeno, verificando se os valores das pressões de descarga e sucção estão de acordo com os valores recomendados pelo fabricante e, caso necessário, realizar a eliminação ou complemento do gás refrigerante para alcançar os valores adequados;

xx) Alinhar as polias, verificar as condições das correias e providenciar a troca imediata das correias que apresentarem desgaste, ressecamento, etc. (substituir etc. por "ou outra avaria que torne obrigatória a sua substituição").

4.4.3. FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E SERVIÇOS DIVERSOS:

4.4.3.1. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PELA CONTRATADA - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

a) A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, porque já incluído no preço dos serviços de manutenção, durante toda a vigência do contrato, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva, tais como: *bomba de vácuo, escadas metálicas, bomba lavadora de pressão, graxa, óleos lubrificantes, solventes, fitas isolantes, esponjoso, produto biodegradável desincrustante, sabão em pó, detergente, esponja, estopa, flanela, pano de chão, lona plástica para cobrir mobiliário,*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mangueira de borracha de ½" de 20m, soldas, lixas e assemelhados e outros que se fizerem necessários.

b) A CONTRATADA deverá empregar na execução dos serviços, materiais originais de primeira mão e qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, obedecendo às Normas Técnicas, Normas dos Fabricantes e Normas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

c) A CONTRATADA deverá ter a sua disposição, sem ônus adicional ao CONTRATANTE e sempre que necessário ou solicitado pela fiscalização, os equipamentos eletrônicos necessários para a detecção de falhas nas unidades evaporadoras e/ou condensadoras, quais sejam: *softwares* de inspeção do fabricante, conversor e notebook, conforme especificado no subitem 4.4.1 deste termo de referência.

4.4.3.2. FORNECIMENTO DE PEÇAS PELA CONTRATANTE - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

a) O CONTRATANTE SERÁ O ÚNICO QUE FORNECERÁ as peças de reposição necessárias aos serviços de manutenção corretiva, desde que a substituição esteja justificada nos relatórios técnicos e após aprovação pela fiscalização do contrato.

b) A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de execução inicial de serviços objeto deste termo de referência, uma relação contendo as principais peças e componentes do sistema, de sorte a subsidiar o CONTRATANTE na aquisição de peças.

i) O prazo poderá ser prorrogado desde que seja apresentada justificativa plausível e aceita pela Fiscalização/ Gestão.

c) A disponibilização das peças de reposição pela contratante obedecerá o seguinte procedimento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*i) Tratando-se de reposição de peças decorrentes de falhas, defeitos ou panes nos equipamentos, a CONTRATADA informará a necessidade imediata e previamente à fiscalização por meio do **RELATÓRIO TÉCNICO - PROPOSTA DE SOLUÇÃO (ANEXO XIII)**;*

ii) A fiscalização se manifestará sobre a conveniência da execução dos serviços e da substituição das peças, inclusive sobre a urgência dos referidos serviços;

*iii) Deferidos serviços a fiscalização emitirá a Ordem de Serviços, bem como disponibilizará as peças (**ANEXO XIV**);*

iv) Recebida a ordem de serviços a CONTRATADA executará o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas - se outro prazo não foi fixado pela fiscalização.

v) O CONTRATADO fornecerá o gás refrigerante caso seja necessário complementar o sistema, desde que não fique demonstrado que a perda do gás tenha ocorrido por ato culposo ou doloso dos empregados da CONTRATADA, situação que enseja a reparação de danos ao CONTRATANTE.

vi) Todas e quaisquer peças e acessórios substituídos pela CONTRATADA, por conta da realização dos serviços, deverão ser entregues à fiscalização.

4.4.3.3. RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL DE SERVIÇOS:

a) A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à fiscalização, um Relatório Técnico detalhado de suas atividades, contendo os seguintes elementos:

i) informações sobre os serviços executados;

ii) estudos e levantamentos;

iii) discriminação de peças substituídas;

iv) medições realizadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v) análise de ocorrências excepcionais;

vi) outras informações ou eventuais sugestões com vistas a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas, bem como demais informações de interesse do CONTRATANTE.

b) O relatório deverá conter nível de detalhamento suficiente para o perfeito registro dos serviços executados e análise da fiscalização, a qual poderá determinar a apresentação de esclarecimentos sobre qualquer ponto em que não haja a clareza necessária.

c) O Relatório Técnico mensal deverá ser assinado pelo Engenheiro Mecânico ou profissional de nível superior com atribuição técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência, devidamente reconhecido pelo CREA, Responsável Técnico da CONTRATADA, acompanhado de visto da fiscalização.

4.4.3.4. PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC

a) A CONTRATADA deverá, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, porque já incluído no preço de sua proposta, implantar e manter disponível no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início dos serviços, o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, adotado para o sistema de climatização. Este plano deve conter a identificação do estabelecimento, periodicidade e descrição de atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situação de falha do equipamento e em situações de urgência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse, conforme especificações contidas no Anexo I da Portaria nº 3.523/98 (ou outra que venha a substituí-la), do Ministério da Saúde e especificações da NBR nº 13.971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

b) A CONTRATADA deverá garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

d) A elaboração do **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, deverá contemplar, também, as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção para carga operacional de 2.300 horas/ano, elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, empresa fornecedora e instaladora do sistema, conforme **ANEXO IV** deste termo de referência.

e) A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC para aprovação pela fiscalização da CONTRATADA e deverá executar os serviços de manutenção preventiva, conforme o PMOC aprovado pela fiscalização do CONTRATANTE, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico do sistema. Fica expressamente consignado que as especificações dos serviços mencionadas no PMOC **não são exaustivas**, deverá a CONTRATADA realizar todos e quaisquer serviços de manutenção dos equipamentos que se fizerem necessários, além de prestar informações estratégicas a respeito da manutenção preventiva e corretiva do sistema, de sorte a diagnosticar problemas existentes que ocasionem mal funcionamento dos aparelhos.

f) CONSTITUI ANEXO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, A APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO INICIAL CONTENDO TODAS AS EVENTUAIS DESCONFORMIDADES VERIFICADAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SUGERINDO OS AJUSTES NECESSÁRIOS, NO MESMO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DO PMOC.

g) **IMPORTANTE:** A ausência do PMOC não desobriga a CONTRATADA de realizar os serviços de manutenção preventiva previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, **ANEXO IV** deste termo de referência, além de estar sujeita às sanções previstas no contrato.

h) No decorrer da execução do contrato a CONTRATADA poderá fazer ajustes ou mesmo apresentar um novo Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC para prévia aprovação da fiscalização que também poderá sugerir ajustes no plano de manutenção preventiva baseado em manuais ou informações técnicas da fabricante dos aparelhos instalados nos prédios do TRE/RO.

4.4.3.5. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA INICIAL:

a) Este relatório compreenderá o seguinte:

i. *CONTRATADA* deverá emitir um relatório fotográfico e o diagnóstico inicial de cada equipamento do sistema de VRF Mitsubishi, ora objeto da contratação.

ii. A *CONTRATADA* deverá diagnosticar problemas de mau funcionamento dos equipamentos, fornecendo à *CONTRATANTE* informações suficientes para a execução das medidas corretivas dos eventuais problemas existentes, bem como para possibilitar o seu próprio planejamento de prestação dos serviços contratados;

iii. Os serviços de levantamento deverão ser executados pela *CONTRATADA* no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Este relatório deverá ser entregue ao fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da vistoria técnica.

4.5. DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

4.5.1. A *CONTRATADA*, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **podará subcontratar parcialmente serviços especializados para manutenções corretivas e/ou preventivas**, quando se tratar de itens que, por sua natureza e especificidade exijam o emprego de conhecimentos ou tecnologias especiais. Os serviços que poderão ser subcontratados são:

a) Manutenção elétrica nos painéis e equipamentos elétricos do sistema de climatização;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Limpeza e higienização nos dutos de exaustão por meio mecanizado.

4.5.2. O limite da subcontratação deverá ser de no máximo 20% (vinte por cento) dos serviços contratuais e, havendo a necessidade de subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar por escrito justificativa técnica que respalde a necessidade de subcontratação, incluindo a descrição detalhada da falha identificada e dos serviços necessários para saná-la, bem como a identificação da empresa ou profissionais qualificados para tal, as ferramentas, materiais ou recursos especiais necessários.

4.5.3 No caso de subcontratação, deverá ser dada preferência a microempresa ou de empresa de pequeno porte, nas parcelas subcontratadas com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, II, da Lei Complementar nº 147, de 2014. Não sendo possível atender o disposto neste subitem, a contratada deverá comprovar o motivo.

4.5.4. As informações relativas à subcontratação e às empresas indicadas para subcontratação deverão ser encaminhadas previamente à formalização do contrato a ser firmado entre a contratada e a subcontratada, ao Gestor do Contrato, por escrito, para aprovação, observado que a regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada deverá ser comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos para habilitação da contratada por ocasião da licitação.

4.5.4.1. Deverá ser apresentado, ainda, atestado de capacidade técnica da empresa indicada para subcontratação, comprovando que a execução de serviços compatíveis às instalações do TRE-RO.

4.5.4.2. As eventuais empresas subcontratadas deverão observar as mesmas exigências contratuais da CONTRATADA.

4.5.5. Será admitida a substituição da empresa subcontratada, desde que solicitado por escrito pela CONTRATADA, e observadas às mesmas condições do item anterior e seu subitem.

4.5.6. Caberá à CONTRATADA, mesmo quando autorizada a subcontratação, responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais, sob pena da aplicação das sanções previstas neste instrumento. 4.5.7. No caso de subcontratação, a CONTRATADA deverá observar as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.6. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.6.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia completa dos serviços realizados de no mínimo 3 (três) meses contados da data do término da execução do serviço.

4.6.2. No caso de materiais fornecidos ou substituídos pela CONTRATADA, o prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses ou a garantia do fabricante, caso seja maior, contados da data da entrega dos equipamentos, devidamente revisados e/ou consertados.

4.6.3. O serviço de assistência técnica, durante todo o período de garantia ofertado, deverá ser prestado de modo a remover os defeitos apresentados, compreendendo, nesse caso, os ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas específicas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.6.4. A CONTRATADA ficará responsável pelos eventuais reparos, assim como pelas substituições de peças.

4.6.5. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados pela CONTRATADA. Caso seja necessária a remoção dos equipamentos, não deverá acarretar qualquer ônus ao CONTRATANTE.

4.6.6. O prazo para sanar defeito apresentado no serviço realizado, durante todo o período de garantia ofertada, não poderá ser superior a 2 (dois) dias úteis, a partir da **chamada técnica, que será efetuada por escrito, via e-mail ou mensagem por WhatsApp**.

4.6.7. Caso haja a necessidade de promover a substituição de peças, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (dias) dias consecutivos, a partir do chamado técnica e entrega das peças pela CONTRATANTE, para execução do serviço;

4.6.8. Os prazos de conclusão dos serviços mencionados nos subitens 4.6.6 e 4.6.7 poderão ser eventualmente dilatados nas situações em que a CONTRATADA apresente justificativa comprovada da impossibilidade técnica para a sua realização dentro do período inicialmente estipulado.

4.6.9. Os serviços de manutenção em garantia deverão ser realizados em dias úteis da Justiça Eleitoral, no horário compreendido entre 8h e 18h.

4.6.10. A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, incluindo-se as partes que apresentarem defeitos e/ou vícios de execução não oriundos do mau uso por parte do CONTRATANTE, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.

4.6.11. Durante o período da garantia, caso NÃO EXISTA OU DEIXE DE EXISTIR assistência ou suporte técnico local autorizado pelo fabricante, FICARÁ A LICITANTE VENCEDORA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS ATÉ O TÉRMINO DA GARANTIA.

4.6.12. Ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado, e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da CONTRATADA, o prazo de garantia ficará prorrogado, pelo período necessário, até o limite de 30 (trinta) dias, sem ônus para o CONTRATANTE, sujeita a CONTRATADA, em caso de inexecução, à aplicação das sanções legais cabíveis, estabelecidas no item 10.13 (Das Sanções Administrativas).

5. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Do planejamento e objetividade das contratações: Tratando-se de ação contínua, esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021/2026). Contudo, por certo está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" na medida em que busca a manutenção e conservação preventiva do sistema de ar condicionado VRF instalado no Edifício Sede e Anexo II da Justiça Eleitoral nesta Capital, permitindo, sobretudo, a qualidade mínima do ar que circula nesses ambientes, de forma a minimizar o acúmulo de poeiras e microrganismos, proporcionando, portanto, melhores condições sanitárias e de conforto aos profissionais a serviço da Justiça Eleitoral e ao público em geral.

5.1.1. Além disso, as manutenções garantirão a utilização racional e econômica dos sistemas de ar condicionado com vistas à preservação da vida útil dos aparelhos, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação dos equipamentos, instalações, sistemas ou suas partes, fato que, ao final, reduz riscos com eventuais paralisações do sistema, além de despesas não programadas para a correção individualizada dos problemas. Tratando-se de uma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ação contínua, os recursos orçamentários para suportar a contratação encontra-se na Proposta Orçamentária de 2024, atualmente tramitando no PSEI nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#)

5.2. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a contratada deverá observar os itens I, IV e VII do referido artigo abaixo transcritos:

"I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;"

5.2.1. Além disso, este TR disciplina que nas manutenções preventivas ou corretivas, deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA.

"IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

...

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos";

6. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA (Art. 2º, inciso IV do Decreto Federal nº 7.983/2013)

6.1. Do Preço Global de Referência dos serviços:

6.1.1. O Preço global de referência foi obtido pelos critérios explicitados no Anexo XX - Pesquisa de Preços (Evento [0987391](#)), bem como o método aplicado, relacionado a este processo e esquematizado na Tabela 3 adiante.

PLANILHA 3 - Valor de Referência		
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, com fornecimento de gás frigorígeno, incluindo configuração, operação e ajustes do sistema de climatização VRF (<i>Variable Refrigerant Flow</i>), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca Mitsubishi , que <u>compreende o emprego de equipamentos/ ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços</u> pelo período de 36 (trinta e seis) meses , podendo a manutenção ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite estabelecido no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, por se tratar de serviço de natureza continuada.	R\$ 29.839,50	R\$ 358.074,00
VALOR TOTAL ANUAL	R\$ 358.074,00	

6.1.2 Conforme registrado no itens 4.4.3.1 e 4.4.3.2, os materiais consumíveis nas manutenções preventivas e corretivas serão fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá considerar o preço desses insumos em sua proposta.

6.1.3 Já as peças de reposição necessárias aos serviços de manutenção corretiva serão fornecidas pela Administração CONTRATANTE.

**6.3. QUADRO RESUMO - ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA:
PREÇO MENSAL E ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS:**

PLANILHA 4 - Valor de Referência		
Prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA,	VALOR MENSAL DE	VALOR ANUAL DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PREDITIVA E CORRETIVA, com fornecimento de gás frigorígeno, incluindo configuração, operação e ajustes do sistema de climatização VRF (<i>Variable Refrigerant Flow</i>), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca Mitsubishi , que <u>compreende o emprego de equipamentos/ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços</u> pelo período de 36 (trinta e seis) meses	REFERÊNCIA	REFERÊNCIA
	R\$ 29.839,50	R\$ 358.074,00
PREÇO ANUAL ESTIMADO (serviços)		R\$ 358.074,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO (36 MESES)		R\$ 1.074.222,00

NOTAS:

I - INAPLICABILIDADE DE BDI PARA OS SERVIÇOS:

BDI é a sigla de *Budget Difference Income* que significa Benefícios e Despesas Indiretas (também designado por Bonificação). Consiste em um elemento que compõe um orçamento, normalmente alcançado através de taxas que incidem sobre o custo do empreendimento definindo o custo total. Na **Decisão 255/1999 – Primeira Câmara**, o TCU definiu a Bonificação de Despesas Indiretas – BDI: "*Conceitualmente, o BDI é definido como "um percentual aplicado sobre o custo direto para se chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente e tem a seguinte fórmula: $PV=PC \times (1+BDI)$, sendo $PV=Preço de Venda$ e $PC=Custo Direto$. O valor do BDI é, portanto, apresentado como uma fração do custo Direto.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]" O Instituto de Engenharia conceitua BDI como ***“o resultado de uma operação matemática para indicar a margem que é cobrada do cliente incluindo todos os custos indiretos, tributos, etc. e logicamente, sua remuneração pela realização de um empreendimento.”*** Nesta contratação a Administração não está exigindo a composição dos custos unitários para a prestação dos serviços porque está elecando todos os insumos que compreendem as atividades. Além disso, é usual no mercado - e nas contratações públicas - que as empresas cotem de forma global, dando um “preço global fechado” para a execução dos serviços, no qual inclui todos os seus custos diretos e indiretos;

II - O Preço Global anual estimado da contratação é o preço máximo de aceitação pela Administração;

III - DIVULGAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO: Embora o **Acórdão TCU nº 1925/06 - Plenário** possibilite a não divulgação direta do valor estimado do objeto - o qual, todavia, **deve** ser publicado no decorrer da licitação, a pedido dos interessados - entende-se que sua divulgação é medida mais adequada. Primeiro porque, na prática, os valores são sempre divulgados em razão de solicitações dos competidores; segundo e principalmente porque, em razão do objeto possuir características bastante próprias, a publicidade do valor oportunizará aos interessados o conhecimento prévio do valor máximo de aceitação, evitando-se propostas aventureiras e extremamente desvinculadas da realidade do certame.

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

7.1. As despesas previstas para exercício de 2023 correrão com recursos do Orçamento Anual de 2023 deste Tribunal, conforme abaixo:

PLANILHA 5 - Aderência Orçamentária						
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano			
			2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (R\$)	2026 (R\$)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ordinário	Ar condicionado VRF - serviços de manutenção preventiva e corretiva	IEF MANP RE	R\$ 10.491,15	R\$ 358.074,00	R\$ 358.074,00	R\$ 347.582,85
TOTAL POR EXERCÍCIO FINANCEIRO			R\$ 10.491,15	R\$ 358.074,00	R\$ 358.074,00	R\$ 347.582,85

INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES

Em caso de alterações que impliquem em acréscimo ao valor do contrato, deverá ser informado abaixo se haverá necessidade de reforço de empenhos já emitidos para esta contratação neste exercício financeiro, ou se os saldos desses empenhos comportam o acréscimo contratual para o exercício financeiro atual.

Havendo necessidade de reforço, relacionar abaixo os empenhos, saldos atuais e saldos a reforçar, respectivos

7.2. Tratando-se de serviços contínuos, quanto aos exercício subsequentes as despesas serão suportadas pelos recursos programados para a cobertura deste contrato nas respectivas propostas orçamentárias.

7.3. O Valor a ser pago em 2023, corresponde ao período de 21 a 31 de dezembro de 2023, equivale a 11 (onze) dias de contrato. O valor total mensal é da ordem de R\$ 29.839,50 (vinte e nove mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), ao ser dividido por 30 (trinta) dias, tem-se o valor unitário de R\$ 994,65 (novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos), que ao ser multiplicado por 11 (onze) dias obter-se-á o valor de R\$ 10.941,15 (dez mil novecentos e quarenta e um reais e quinze centavos).

8. DO CERTAME LICITATÓRIO**8.1. Serviços comuns - Cabimento da modalidade do Pregão Eletrônico:**

Tratando-se o objeto da contratação da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado, com exigência de responsável técnico um Engenheiro Mecânico ou outro profissional de nível superior com atribuições compatíveis com o objeto do contrato, desde que seja apresentado documento específico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emitido pelo CREA atestando tais atribuições, tem-se a caracterização de um serviço de engenharia.

A Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 10.024/2019 amparam a realização de pregão eletrônico para a contratação de serviços comuns de engenharia, ou seja, aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, também é a **Súmula nº 257 do TCU: "O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002."**

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes entende que o serviço de engenharia pode ser considerado comum com as seguintes condições: “as características, quantidades e qualidades forem passíveis de “especificações usuais no mercado”; “mesmo que exija profissional registrado no CREA para execução, a atuação desse não assume relevância, em termos de custo, complexidade e responsabilidade, no conjunto do serviço;” (*Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico, 3. ed. rev., atual. e ampl. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009, pag. 429*).

Quanto à manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, há entendimento expresso do TCU acerca da utilização da modalidade do Pregão, como no **Acórdão TCU Nº 2.272/2006- Plenário**, do qual se extrai o seguinte excerto:

[...]

12. De qualquer modo, o Decreto nº 3.555/2000 regulamenta o Pregão Presencial, sendo o Pregão Eletrônico regulamentado pelo Decreto nº 5.450/2005, cujo art. 6º diz:

"Art. 6º A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral."

13. Ou seja, não há restrição quanto à contratação de serviços de engenharia.

14. Assim, o que deve ser analisado é se o objeto do Pregão Eletrônico nº 06/2005 é serviço comum ou não. Entendo que a execução de serviços de assistência técnica, operação e manutenção, em caráter preventivo e corretivo, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de aparelhos de ar condicionado de janela, aparelhos tipo split system e centrais de ar condicionado tipo self contained, pode ser considerado serviço comum, atendidos os requisitos essenciais de padronização e disponibilidade, a qualquer tempo, em um mercado próprio." - **VALMIR CAMPELO - Ministro-Relator**.

Nessa esteira, tem decidido reiteradamente o TCU acerca da caracterização de serviços comuns de engenharia quando a finalidade da contratação é a manutenção e a conservação de instalações prediais,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira, vg, o **Acórdão TCU nº 3605/2014 - Plenário**.

Dessa forma, será adotado a modalidade de **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, com item único** para a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado VRF deste Tribunal.

8.1.1. JUSTIFICATIVA PARA JUNCTÃO DOS SERVIÇOS EM ITEM ÚNICO: Embora se trate de duas edificações que possuem sistema de VRF, o agrupamento dos serviços em um único item é inafastável nesta contratação porque ambos constituem um único sistema com automação e gerenciamento dos equipamentos interligados e controlados por um único software.

Quanto à **unicidade dos serviços** - junção da manutenção preventiva e corretiva - justifica-se pela maior viabilidade do ponto de vista operacional, técnico e econômico à Administração. Desta forma, privilegia-se o Princípio da Economicidade, ancorado nas regras da boa administração para o atendimento do interesse público, e, ainda, para evitar-se a ocorrência das seguintes situações:

- a) Em algumas situações, os serviços se confundem; por exemplo, durante uma manutenção preventiva pode-se constatar a necessidade de intervenções corretivas - situação prevista nas regras de manutenção - que poderão ser realizadas juntamente com a ação preventiva, ou seja, pela mesma empresa, sem necessidade de iniciar o procedimento para a manutenção corretiva com uma eventual segunda contratada;
- b) Fornecedores diversos atuando em um único equipamento, certamente causarão dificuldades no relacionamento técnico entre eles e com a Administração, principalmente quando for necessário apurar eventuais falhas na realização dos serviços;
- c) Múltiplos contratados elevará custos fixos, como, por exemplo, os custos administrativos para a prestação dos serviços que, com a unicidade, ficam restritos a uma única empresa contratada.

8.2. Inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame:

8.2.1. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

8.3. Qualificação técnica operacional e profissional:

8.3.1. A licitante deverá apresentar, na data da abertura da licitação, os seguintes documentos de qualificação técnica:

I - Registro ou Inscrição da empresa licitante junto ao respectivo Conselho Profissional competente, comprovando que exerce atividade relacionada ao objeto deste certame;

II - Capacidade técnico-operacional – apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante tenha executado serviços de manutenção em sistemas de refrigeração do tipo VRF com, no mínimo, 140 (centro e quarenta) TR - Toneladas de Refrigeração, por período igual ou superior a 12 (doze) meses. E ainda a comprovação que prestou serviço continuado, por período não inferior a 12 (doze) meses, **de manutenção preventiva e corretiva em sistema de climatização de precisão para o ambiente de Data Center, com potência mínima de 10 (dez) TR's.**

JUSTIFICATIVA: Tais Atestados, ora exigências relativas à parte de maior relevância, que foram pontuadas no item 2.1.2 deste TR, permitem avaliar se a empresa contratada atenderá à prestação de serviço com a maior expertise possível, visto se tratar de equipamento de alto padrão, custo e tecnologia, entre os sistemas de climatização do tipo VRF disponíveis no mercado nacional. Esta exigência justifica-se na necessidade de contratar empresa que tenha atuado com equipamentos com potência elevada e sistema de precisão, que requerem celeridade, presteza e eficiência nos atendimentos e prestação de serviços, de modo a não descontinuar o serviço público em questão. Além disso, busca-se alcançar excelência na prestação dos serviços de **manutenção, configuração, operação e ajustes** do sistema de climatização VRF, e tais documentos permitirão avaliar a experiência anterior da empresa que já tenha trabalhado com máquinas nas potências mínimas indicadas, sem esquecer que o tempo mínimo de reação e prestação do atendimento devem ser obedecidos, conforme subitem 4.2.5.1, "c" deste TR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica. (**Acórdão TCU nº 2.387/2014-Plenário**).

III - Certidão de Registro de Pessoa Física perante o Conselho Profissional competente, relativa ao profissional indicado como Responsável Técnico. Caso o profissional indicado seja sócio da licitante, bastará apresentar cópia do ato constitutivo da sociedade; não sendo sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (**Acórdão TCU nº 800/08 – Plenário**);

IV - Capacidade técnico-profissional – comprovação fornecida pela licitante, de que possui em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior em formação em engenharia mecânica (que é o Responsável Técnico), devidamente registrado junto ao CREA ou Conselho Profissional competente e a(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, relativo à Execução de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, em sistema de refrigeração tipo VRF com, no mínimo, 140 (centro e quarenta) TR - Toneladas de Refrigeração, por período igual ou superior a 12 (doze) meses. E ainda a comprovação que prestou serviço continuado, por período não inferior a 12 (doze) meses, de **manutenção preventiva e corretiva em sistema de climatização de precisão para o ambiente de Data Center**, com potência mínima de 10 (dez) TR's.

JUSTIFICATIVA: Tais Certidões, ora exigências relativas à parte de maior relevância, que foram pontuadas no item 2.1.2 deste TR, permitem avaliar se o Responsável Técnico atenderá à prestação de serviço com a maior expertise possível, visto se tratar de equipamento de alto padrão, custo e tecnologia entre os sistemas de climatização do tipo VRF disponíveis no mercado nacional. Esta exigência justifica-se na necessidade de contratar Responsável Técnico que tenha atuado com equipamentos com potência elevada e sistema de precisão, que requerem celeridade, presteza e eficiência nos atendimentos e prestação de serviços, de modo a não descontinuar o serviço público em questão. Além disso, busca-se alcançar excelência na prestação dos serviços de **manutenção, configuração, operação e ajustes** do sistema de climatização VRF, e tais documentos permitirão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

avaliar o profissional que já tenha trabalhado com tais máquinas, sua atuação nas potências mínimas indicadas, sem esquecer que o tempo mínimo de reação e prestação de atendimento devem ser obedecidos, conforme subitem 4.2.5.1, "c" deste TR.

V - Declaração do profissional aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos serviços. Os profissionais com atribuições pertinentes para exercerem a função de responsável técnico somente poderão assumir tal condição relativamente a um licitante, portanto, serão inabilitadas aquelas licitantes que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função;

VI - Declaração de que dispõe, ou disporá, dos equipamentos, ferramentas, máquinas e pessoal necessários à execução dos serviços, conforme modelo reproduzido no **ANEXO XVII** deste Termo de Referência;

VII - Declaração de visita técnica, conforme modelo reproduzido no **ANEXO XVIII** deste Termo de Referência. A visita técnica é facultada a todos os licitantes, às suas expensas, nas instalações da Justiça Eleitoral. As visitas poderão ser realizadas até o último dia útil antecedente à abertura da licitação, desde que previamente agendadas pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

VIII - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins do Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

a) Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário).

b) A comprovação de vínculo entre o profissional e a empresa licitante poderá ser demonstrada a partir da Certidão de Registro do Profissional ou da Empresa junto ao Conselho de Classe que conste o profissional indicado na licitação como um dos responsáveis técnicos pela licitante.

IX - Declaração do profissional aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos serviços (Anexo XIX - [1019296](#)).

9. DA PROPOSTA COMERCIAL

Na formulação da proposta, a licitante deverá observar as seguintes regras gerais:

9.1. O preço global de referência estimado da contratação foi dimensionado para o período de 36 (trinta e seis) meses. Deverá ser informado na proposta o preço mensal e global dos serviços;

9.2. Sob pena de desclassificação a proposta deverá ser apresentada de acordo com o MODELO PADRÃO DA PROPOSTA reproduzida no **ANEXO XVI deste termo de referência**;

9.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS DAS LICITANTES EM DESCONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ITEM 9.1 a 9.2 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

9.4. O preço informado na proposta da licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos para a prestação dos serviços objeto da licitação, nele incluído:

a) o custo da elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, o qual deverá contemplar as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, empresa fornecedora e instaladora do sistema, conforme **ANEXO IV** deste termo de referência;

b) o custo das manutenções preventivas, incluídos os custos com materiais consumíveis que serão utilizados nas manutenções corretivas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) o custo das manutenções corretivas para o perfeito funcionamento do sistema de ar condicionado VRF;

9.5. A classificação das propostas dar-se-á pelo menor preço global ofertado no processo de licitação, observado o preço máximo estimado pela Administração para a prestação dos serviços;

9.6. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS. Na análise da EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS serão observados os critérios definidos pelo art. 48, § 1º da Lei nº.8666/93 aplicados sobre o valor dos serviços cotados.

10. DO CONTRATO

10.1. Procedimentos prévios à assinatura do contrato:

10.1.1. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar:

a) Regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades, a adjudicatária deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

10.1.2. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

10.1.3. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

10.1.4. Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI;

10.1.5. O descumprimento injustificado da Adjudicatária das obrigações estabelecidas neste item implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, sujeitando-se o inadimplente às penalidades de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei nº 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

10.2. Regras gerais do contrato:

10.2.1. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO nº 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou aterá-la e, supletivamente, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 5.194/66 e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

10.2.2. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este termo de referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

10.2.3. Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

10.2.4. Caso seja sediada em outro Estado da Federação, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, visto do CREA/RO no verso da Certidão registro/quitação da empresa licitante junto ao CREA, conforme Resolução CONFEA nº 336/89;

10.3. Da designação de preposto com endereço fixo na praça de Porto Velho:

10.3.1. A contratada deverá indicar, por escrito e formalmente, e manter durante toda a execução do contrato, PREPOSTO com endereço fixo na cidade de Porto Velho, com telefone de código de área (DDD) 69 para atendimentos dos chamados, a fim de supervisionar os serviços nos prazos e condições previstos no contrato e o contato pela contratação e atuar como representante da empresa durante a execução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do objeto do contrato (Art. 68 da Lei nº 8666/93). A contratada deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos ativos e 01 (um) Correio eletrônico para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pela CONTRATADA. O prazo máximo para indicação de preposto será de 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

10.3.2. A CONTRATADA poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, podendo o CONTRATANTE recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado.

10.4. Da garantia contratual:

10.4.1. Segundo Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).

10.4.2. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais danos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

10.4.3. Dessa forma, deverá a CONTRATADA apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - fiança bancária.

10.5. Da subcontratação:

10.5.1. A subcontratação dar-se-á nos moldes estipulados no Item 4.5 deste TR.

10.6. Do prazo de vigência, da possibilidade de prorrogação, do reajuste e eventual reequilíbrio dos valor do contrato:

10.6.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.

10.6.2. Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

10.6.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

10.6.4. Presentes as condições previstas no art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93 o contrato poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

10.7. Das regras gerais aplicadas à execução dos serviços:

I - Obrigações preliminares e acessórias:

a) Indicar **preposto**, por escrito e formalmente, no prazo máximo para indicação de preposto será de 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato;

b) Regularmente assinado o contrato, a Administração expedirá, em até 03 (três) dias úteis, a ordem de serviço. Após o recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá implantar e manter disponível, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, adotado para o sistema de climatização, **com os**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elementos definidos neste termos de referência, que deverá contemplar as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA. **O PMOC deverá ser submetido à aprovação da fiscalização;**

c) Após o recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, uma relação contendo as principais peças e componentes do sistema, de sorte a subsidiar o CONTRATANTE na eventual aquisição de peças;

d) Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de contratação de GARANTIA CONTRATUAL, na forma do item 8.4 deste Termo de Referência;

e) Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da ordem de serviços, visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução **CONFEA nº 336/89** - caso seja sediada em outro Estado da Federação - e apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** dos serviços objeto do contrato (**art. 28, § 1º da Resolução CONFEA nº 1.025/2009**);

f) O descumprimento injustificado das obrigações descritas nos subitens anteriores sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas no item 10.13 deste termo de referência e no contrato.

II - DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS:

a) Com a expedição da ordem de serviço a CONTRATADA estará autorizada a iniciar o atendimento de manutenções corretivas na forma e condições definidas neste termo de referência.

III - DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS:

a) Após a aprovação do **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** pela fiscalização, a CONTRATADA poderá iniciar os serviços de manutenção preventiva de acordo com o referido PMOC.

b) IMPORTANTE: A ausência do PMOC não desobriga a contratada de realizar os serviços de manutenção preventiva



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA. (ANEXO IV deste termo de referênica).

c) A CONTRATADA deverá garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua dos serviços em obediência aos cronogramas e roteiros estabelecidos pelo PMOC.

d) A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

e) Nos dias programados para manutenção preventiva, os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se à FISCALIZAÇÃO antes do início dos serviços, para que se proceda ao registro de presença e se efetuem os procedimentos administrativos necessários.

10.8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.8.1 Realizar o objeto do contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta objetivando manter todos os equipamentos do sistema em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários a permitir a operação contínua e ininterrupta, sem alterar as características técnicas dos mesmos, de forma a atender às necessidades do CONTRATANTE, sob pena da aplicação das adequações de pagamento previstas no Acordo de Nível de Serviço, sanções legais, editais e contratuais.

10.8.2 Apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93.

10.8.3 Designar - por escrito e formalmente - e manter preposto com endereço fixo na cidade de Porto Velho, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

10.8.4 Implantar e manter disponível no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início dos serviços, o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos e condições definidos no termo de referência, Anexo I do edital do certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.5 Apresentar, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias corridos, como anexo do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, um relatório inicial contendo todas as inconformidades verificadas com base na legislação vigente, sugerindo os ajustes necessários.

10.8.6 Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da ordem de serviços, visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução **CONFEA nº 336/89** - caso seja sediada em outro Estado da Federação - e apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** dos serviços objeto do contrato e emitir a cada prorrogação contratual, a devida via destinada ao CONTRATANTE (art. 28, § 1º da Resolução **CONFEA nº 1.025/2009**).

10.8.7 Manter um profissional de engenharia mecânica ou profissional de nível superior com atribuição técnica compatível com o objeto do Termo de Referência, credenciado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia – CREA-RO, durante a vigência do contrato, que será o Responsável Técnico pelos serviços e que fará o devido acompanhamento dos mesmos, *in loco*, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE ou sempre que necessário. Para cumprimento dessa obrigação a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o desligamento do Responsável Técnico da ART registrada e apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o seu desligamento a ART do novo profissional responsável pela execução do serviço, devidamente capacitado pela fabricante.

10.8.8 Executar o planejamento dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em comum acordo com o representante do CONTRATANTE.

10.8.9 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz dos equipamentos, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem e providenciando a completa limpeza de todos os locais onde forem realizados os serviços.

10.8.10 Manter todos os dispositivos necessários à execução dos serviços, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhagem, inclusive *softwares* dos Fabricantes dos sistemas VRF, *notebook* e conversor, responsabilizando-se pela guarda, segurança e proteção de todo equipamento utilizado, até a conclusão dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.11 Manter Ficha de Acompanhamento Individual para cada equipamento, nos termos da Ficha - Histórico (**ANEXO XV**);

10.8.12 Elaborar e enviar mensalmente, até 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a nota fiscal/fatura dos serviços acompanhada do Relatório Técnico Mensal assinado pelo Responsável Técnico da Contratada e pelo fiscal do CONTRATANTE;

10.8.13 Apresentar para pagamento a Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos documentos (relatório ou ordem de serviço) devidamente autorizados pelo CONTRATANTE;

10.8.14 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, em prazo razoável e às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções apontados pela FISCALIZAÇÃO.

10.8.15 Manter os equipamentos em bom estado de funcionamento, dentro do padrão recomendado pelos Fabricantes e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

10.8.16 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornarem-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

10.8.17 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que decorra da execução incorreta dos serviços.

10.8.18 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido, conforme prescrições da Norma Regulamentada NR 6. O CONTRATANTE poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

10.8.19 Observar rigorosamente as “Ações e Práticas de Sustentabilidade Ambiental” previstas no termo de referencia, anexo do edital do certame.

10.8.20 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.21 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

10.8.22 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao TRE/RO ou a terceiros que possa advir direta ou indiretamente, em função da execução dos serviços objeto do contrato.

10.8.23 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou acidentes causados diretamente ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não podendo transferir essa responsabilidade ao CONTRATANTE.

10.8.24 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, taxas, emolumentos, aprovações e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

10.8.25 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de interesse ou vínculo com o TRE/RO.

10.8.26 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

10.8.27 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

10.8.28 Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.8.29 Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

10.8.30 Afastar, sempre que exigido pelo TRE/RO, de forma imediata, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço público.

10.8.31 Manter funcionários uniformizados com fardamento próprio da empresa, portando crachá, botas e demais EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) durante toda a execução dos serviços.

10.8.32 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados, acatar as reclamações formuladas promover acesso à documentação dos serviços em execução, atendendo prontamente às observações e exigências da fiscalização.

10.8.33 Não empregar cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores ou juízes vinculados ao CONTRATANTE.

10.8.34 Prestar informações técnicas, quando solicitado pelo CONTRATANTE, através de orientações, estudos e pareceres sobre eventuais ampliações e modernizações dos equipamentos, bem como outras melhorias que possam ser implantadas pelo CONTRATANTE.

10.8.35 Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo equipamento e material utilizado na execução dos serviços.

10.8.36 Responsabilizar-se pela recomposição e/ou correção de quaisquer defeitos ou prejuízos que venham a causar nos elementos construtivos da CONTRATANTE (alvenaria, instalações gerais, pisos e revestimentos, fachada, vidros, etc.), por conta da execução inadequada dos serviços.

10.8.37 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, sábados, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução do objeto contratado.

10.8.38 Apresentar à Fiscalização do contrato a relação de seus empregados autorizados a proceder às manutenções preventivas e corretivas, a qual deverá ser imediatamente atualizada no caso de alteração.

10.8.39 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelo contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.40. Não CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;

10.8.41 Utilizar os modelo desta contratação quando apresentar relatórios ao CONTRATANTE, podendo, caso queira, incluir logomarca da empresa, sem suprimir quaisquer das informações nos modelos contidas.

10.8.42 Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do contrato.

10.9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.9.1 Emitir a Ordem de Serviço em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

10.9.2 Aprovar, recusar ou apresentar alternativa para o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** apresentado pela CONTRATADA.

10.9.3 Disponibilizar as instalações e o apoio necessário à execução dos serviços.

10.9.4 Realizar abertura dos chamados com o menor tempo possível.

10.9.5 Permitir aos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, encarregados da prestação dos serviços objeto do Contrato, completo e livre acesso aos locais de execução, possibilitando-lhes executá-los e procederem às verificações técnicas necessárias durante o horário normal de expediente.

10.9.6 Não permitir a intervenção de terceiros, sem conhecimento técnico, na manutenção dos equipamentos, bem como dar imediata ciência à CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida no funcionamento ou na manutenção dos equipamentos.

10.9.7 Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo e notificar a CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas.

10.9.9 Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados e notificar a CONTRATADA para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.9.10 Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

10.9.11 Aplicar penalidades pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou, relevá-lo, se justificado.

10.9.12 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

10.9.12 Dar providências às recomendações da CONTRATADA, concernentes às condições e uso correto dos equipamentos, divulgar orientações e fiscalizar procedimentos.

10.9.14 Pagar os mensalmente, os serviços executados no mês anterior ao pagamento, após verificar a regularidade fiscal da CONTRAADA e da nota fiscal devidamente acompanhada dos relatórios técnicos mensais e documentos exigidos no contrato.

10.9.15 Reunir-se periodicamente com o preposto ou com o representante técnico da CONTRATADA sempre que julgar necessário solucionar questões que estejam interferindo na regularidade da prestação dos serviços.

10.9.16 Registrar em atas as decisões tomadas em reuniões pelas partes.

10.9.17 Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

10.10 DO PAGAMENTO:

10.10.1 Pela regular execução dos serviços, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia pagará à CONTRATADA o valor apresentado em sua proposta de preços e registrada no contrato, em conformidade com os termos, condições e especificações contratuais, sem qualquer ônus ou acréscimos.

10.10.2. O pagamento será mensal. A contratada deverá apresentar as notas fiscais/faturas no máximo até o 5º (quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços.

10.10.3. O pagamento compreenderá o valor mensal dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no mês anterior ao pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.10.4. Para autorização do pagamento dos serviços prestados no mês anterior, a CONTRATADA deverá enviar ao TRE/RO os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/fatura;
- b) o Relatório Técnico Mensal previsto no item 4.4.3.3 do termo de referência;
- c) as ordens de serviço expedidas pela fiscalização do contrato.

10.10.5. Previamente ao pagamento o CONTRATANTE fará a atestação da regularidade e juntará ao processo os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo sítio eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.caixa.gov.br>.

10.10.6. A ausência dos documentos enumerados no item 10.10.4 e da regularidade exigida no item 10.10.5 impede o pagamento até a regularização das pendências.

10.10.7. Cumpridas pela CONTRATADA todas as exigências legais e contratuais, o CONTRATANTE fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A.

10.10.7.1 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

10.10.7.2 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.10.7.3 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

10.10.8. O prazo de 10 (dez) dias úteis previsto no item anterior será contada da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e, ainda, da comprovação da regularidade dos documentos exigidos neste item.

10.10.9. Haverá **glosa** dos valores nos seguintes casos:

- a) pelos serviços de manutenção preventiva não prestados de acordo com o PMOC, adotando-se para o cálculo do valor da glosa a capacidade em toneladas de refrigeração (TR)/BTU's - apurada de acordo com as capacidades indicadas no Anexo III deste termo de referência - dos equipamentos não mantidos;
- b) quando for imposto algum ajuste de pagamento pelo descumprimento dos indicadores de qualidade estabelecidos no acordo de nível de serviço (item 8.12 deste termo de referência).

10.10.10 O CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas no contrato.

10.10.11 Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>I = $\frac{(TX)}{365}$ I = $\frac{(6/100)}{365}$ I = 0,00016438</p>
----------------------------	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.10.12 Eventual compensação financeira será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.11. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

O contrato pode sofrer alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93. **Para apuração dos percentuais de redução ou acréscimo do objeto será considerado o quantitativo de Toneladas de Refrigeração (TR), reduzida ou acrescida em relação à quantidade total do sistema, de 570 (quinhentas e setenta) de Toneladas de Refrigeração (TR) que compõe o objeto original,** na forma definida no item 2.1.1 deste termo de referência.

10.12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS:

A adoção do Acordo de Nível de Serviço disciplinado pelo art. 6º, Parágrafo único, do Decreto Federal nº 9.507/18, de modo que a RESOLUÇÃO Nº 23.702, DE 9 DE JUNHO DE 2022 não entra em conflito ou veda a sua aplicação. Porque se busca prever níveis esperado de qualidade na prestação do serviço, bem como que sejam cumpridas as obrigações contratuais assumidas e adequações de pagamentos.

O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

Esse mecanismo de aferição de qualidade é reconhecido pelo Tribunal de Contas da União por meio da **Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2.**(Aplicabilidade da Gestão de Nível de Serviço como mecanismo de pagamento por resultados em contratações de serviços de TI pela Administração Pública Federal. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2534415.PDF>).

Nesse sentido, também o **Acórdão TCU nº 717/2010 – Plenário.**

O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com a mensuração dos resultados obtidos na execução dos serviços, aferidos na forma de Acordo de Níveis de Serviços, no qual são estabelecidos os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

indicadores, os procedimentos de fiscalização e os instrumentos de medição adotados pelo CONTRATANTE.

Utilizando-se dos controles necessários, a fiscalização do contrato deverá, mensalmente, informar a gestão do contrato acerca da avaliação da qualidade da prestação dos serviços por meio das ocorrências que acarretam os ajustes no pagamento, com o respectivo percentual de ajuste.

As reduções no pagamento mensal à CONTRATADA, porventura ocorridas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços, configuram ajustes próprios nos pagamentos e não se confundem com as glosas dos serviços não prestados e a aplicação das sanções previstas no item 8.10 deste Termo de Referência.

Em casos de não atendimento das ordens de serviço no prazo contratual estabelecido no Acordo de Níveis de Serviços, por motivo de força maior ou por conta da ocorrência de fatos imprevisíveis, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal comunicando o fato, de sorte a subsidiar a FISCALIZAÇÃO na análise da ocorrência, visando uma eventual prorrogação dos prazos estipulados.

O Acordo de Nível de Serviço, que integrará o futuro contrato, é composto pelos dois indicadores objetivamente mensuráveis e facilmente coletáveis adiante definidos:

INDICADOR 01	
CUMPRIMENTO DO PMOC NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS	
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Finalidade	Garantir que a execução dos serviços de manutenção preventiva seja realizada nas datas, periodicidades e técnicas especificadas no PMOC.
Meta a cumprir	100% de realização dos serviços de manutenção preventiva nas datas estabelecidas no PMOC.
Instrumento de medição	Planilha de controle do PMOC.
Forma de acompanhamento	Manual - conferência da Planilha de controle do PMOC.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada planilha de PMOC será verificada e valorada individualmente.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Início da vigência	A partir do início dos serviços de acordo com o PMOC aprovado pela fiscalização.	
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de manutenções preventivas com atraso	Ajuste no Pagamento Mensal
	0	100%
	1	99%
	2	98%
	3	97%
	4 a 6	95%
	7 a 10	90%
Sanções	O descumprimento dos prazos e cronogramas das manutenções preventivas poderão, também, ser apenas com as sanções previstas no subitem 10.13.1 deste termo de referência.	

INDICADOR 02		
PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA		
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	
Finalidade	Garantir atendimento célere aos chamados do Contratante.	
Meta a cumprir	Início do atendimento em até 02 (duas) horas.	
Instrumento de medição	Relatórios de falhas/defeitos.	
Forma de acompanhamento	Manual - conferência dos relatórios de falhas/defeitos.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de cálculo	Cada relatório de falhas/defeitos será verificado e valorado individualmente.	
Início da vigência	A contar da hora de recebimento do relatório de falhas/defeito devidamente autorizado pela fiscalização.	
Faixas de ajuste no pagamento	Nº de atendimentos com atraso	Ajuste no Pagamento Mensal
	0	100%
	1	99%
	2	98%
	3	97%
	4 a 6	95%
	7 a 10	90%
Sanções	O atraso no atendimento das manutenções corretivas poderão, também, ser apenas com as sanções previstas no subitem 10.13.1 deste termo	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de referência.
--	----------------

10.13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.13.1 O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, independentemente de glosas por serviços não executados e ajustes de pagamento por descumprimento das metas de qualidade definidos no Acordo de Nível de Serviço, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO DA SANÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer indivíduo.	6	Por ocorrência
02	Fornecer informação falsa sobre serviço ou substituir, sem autorização, materiais, equipamentos, ferramentas e procedimentos.	5	Por ocorrência
03	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	4	Por ocorrência
04	Deixar de atender aos chamados de manutenção corretiva classificadas como URGENTES (subitem 4.2.5.1) no prazo máximo estabelecido na tabela, contados da abertura da chamada.	3	Por ocorrência e por hora
05	Deixar de atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecidas nos dispositivos legais pertinentes, ou	3	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	deixar de providenciar os seguros correlatos exigidos em lei.		
06	Deixar de disponibilizar equipamentos, ferramentas ou quaisquer insumos necessários à realização dos serviços de manutenção que compõem este contrato.	3	Por ocorrência
07	Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para a execução de serviço.	3	Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.)
08	Descumprir qualquer das obrigações constantes dos itens do Edital e de seus anexos ou qualquer cláusula contratual, desde que não discriminadas nesta tabela de infrações, após notificação formal da Fiscalização.	3	Por ocorrência
09	Executar serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual ou coletiva, quando necessário.	3	Por empregado e por ocorrência
10	Executar serviço sem autorização expressa da Fiscalização.	3	Por ocorrência
11	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços ou não comprovar a sua qualificação.	3	Por empregado e por ocorrência
12	Deixar de apresentar qualquer informação ou documentação para a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada quando solicitada pela Fiscalização.	2	Por item, por dia de atraso e por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13	Deixar de manter documentação de habilitação atualizada.	2	Por item, por dia de atraso e por ocorrência
14	Deixar de realizar os serviços de manutenção preventiva até o décimo dia do mês previsto no cronograma e periodicidade estabelecida no PMOC	2	Por ocorrência e por dia
15	Deixar de sanar os defeitos na hipótese de impossibilidade de sanar o problema na primeira visita, de acordo com os motivos relatados pelo responsável técnico, por escrito, após fixado o prazo para conserto, no limite de 72 (setenta e duas) horas, contados da parada do equipamento.	2	Por ocorrência e por dia
16	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo sem autorização da Fiscalização, ou deixar de providenciar complementação de serviço.	2	Por ocorrência
17	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização sem motivo justificado.	2	Por ocorrência
18	Deixar de atender aos demais chamados de manutenção corretiva (subitem 4.2.5.1) no prazo máximo de 8 (oito) horas, para regularizar anormalidades de funcionamento, contados da abertura da chamada.	1	Por ocorrência e por hora
19	Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para devolução de equipamentos retirados para manutenção externa (em oficina)	1	Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,12 % (doze centésimos) do valor global do CONTRATO
2	0,17 % (dezessete centésimos) do valor global do CONTRATO
3	0,22 % (vinte e dois centésimos) do valor global do CONTRATO
4	0,27 % (vinte e sete centésimos) do valor global do CONTRATO
5	0,35 % (trinta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATO
6	0,45 % (quarenta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATADA

10.13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

10.13.2.1 Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no item 8.13.2 deste termo de referência.

10.13.3 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

10.13.4 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o perfeito funcionamento dos aparelhos ou do sistema objeto das manutenções que gerem custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.13.5 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.13.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.13.7 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.13.8 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

10.14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.14.1. Da fiscalização do contrato

a) A Fiscalização ficará a cargo dos servidores André Pimentel, Mirvaldo Moraes de Souza e Antônio Roberto dos Santos Ferreira.

b) A Gestão ficará a cargo da Seção de Manutenção Predial - SEMAP.

10.14.1.1. São atribuições do fiscal, que poderá solicitar manifestações, laudos e pareceres técnicos de profissional habilitado para subsidiar sua atuação:

I - Analisar e manifestar-se sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;

II - Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades, desconformidades e ocorrências que afetem a qualidade do sistema;

III - Emitir, a seu juízo, os chamados técnicos;

IV - Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;

V - Aferir o material utilizado, os serviços realizados, assinar a Ficha de Atendimento apresentada pelo CONTRATADO, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos neste termo de referência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

VII - Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;

VIII - Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;

IX - Atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

X - Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

XI - Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;

XII - Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XIII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

10.14.2. Da gestão do contrato

10.14.2.1. São atribuições do gestor, dentre outras atividades:

I - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma suplementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

II - Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

III - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;

IV - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

V - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

VI - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

VII - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

VIII - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

IX - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

X - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

XI - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XII - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XIII- Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

11. DÚVIDAS E VISTÓRIAS TÉCNICAS

11.1. Todos os interessados poderão realizar vistoria técnica ou solicitar informações complementares (dúvidas técnicas) para conhecimento das especificações do sistema de ar condicionado, desde que o faça até o dia primeiro útil anterior à data da realização do certame.

11.2. As vistorias deverão ser previamente agendadas com Seção de Manutenção Predial pelos telefones (69) 3211-2028/2119 ou pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br. As dúvidas técnicas podem ser aviadas pelos mesmos canais de comunicação.

12. RESPONSABILIDADES PELOS ELEMENTOS TÉCNICOS DO TR

12.1. A especificações do sistema de ar condicionado VRF e as informações técnicas do objeto associadas às manutenções, forma de execução dos serviços, materiais que serão empregados, dentre outros aspectos técnicos, foram extraídos dos documentos fornecidos pela Fabricante dos equipamentos, conforme comprovado pelos anexos I a X deste termo de referência.

13. DOS ANEXOS

13.1. Compõem este termo de referência os seguintes anexos:

- a. **Anexo I - Memorial das Instalações Conforto ([1009646](#));**
- b. **Anexo II - Relatório da Instalação Conforto ([1009647](#));**
- c. **Anexo III - Relação de Equipamentos ([1009650](#));**
- d. **Anexo IV - Plano de Manutenção Conforto ([1009651](#));**
- e. **Anexo V - Protocolo de Inspeção ([1009652](#));**
- f. **Anexo VI - Projeto Executivo - Equipamentos ([1009653](#));**
- g. **Anexo VII - Projeto Executivo - Dreno ([1009654](#));**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h. **Anexo VIII - Projeto Executivo - Elétrico ([1009658](#));**
- i. **Anexo IX - Projeto Executivo - Endereçamento ([1009674](#));**
- j. **Anexo X - Imagens do Sistema Instalado ([1009675](#));**
- k. **Anexo XI - Autorização para retirada de equipamento ([1009677](#));**
- l. **Anexo XII - Laudo técnico - Defeitos ([1046706](#));**
- m. **Anexo XIII - Relatório Técnico - Proposta de solução ([1046708](#));**
- n. **Anexo XIV - Ordem de Execução - Manutenção corretiva ([1046710](#));**
- o. **Anexo XV - Ficha Histórico Equipamentos ([1009682](#));**
- p. **Anexo XVI - Modelo Proposta Comercial ([1046712](#));**
- q. **Anexo XVII - Modelo de declaração de disponibilidade ([1019072](#));**
- r. **Anexo XVIII - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica ([1009817](#));**
- s. **Anexo XIX - Declaração de Aceitação de RT ([1019296](#));**
- t. **Anexo XX - Pesquisa de Preços ([1009826](#));**
- u. **Anexo XXI - AS Built e Manutenção Ar de Precisão ([1009833](#));**
- v. **Anexo XXII - Exclusividade da FAM ([1009834](#)).**



Documento assinado eletronicamente por **HYDEN COSTA HAYDEN, Chefe de Seção**, em 31/08/2023, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1055235** e o código CRC **2AEA7E42**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal.

DESPACHO Nº 1111 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP com o objetivo de eventual contratação de serviço especializado para manutenções preventiva e corretiva, do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio sede e Anexo II deste Tribunal ([0958499](#)).

Após inicial autorização administrativa para continuidade da tramitação do feito ([0993736](#)), em decorrência de impugnações ao edital houve a suspensão do certame ([1007312](#)). Retomados os trabalhos, operou-se adequações nos documentos de cunho obrigatório do procedimento licitatório, suprimindo a exigência do credenciamento e a previsão contratual de subcontratação, com vistas a ampliar a disputa, bem como evitar eventuais interposições de recursos.

De posse dos autos, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, baixou os autos em diligência apontando a necessidade de esclarecimentos pontuais relativos ao suporte orçamentário para arcar com a despesa a ser contratada e demais atualizações de valores necessárias, de forma que feitos os devidos esclarecimentos pela unidade demandante, juntou-se nova versão do Termo de Referência (TR n. 13/2023 - [1024390](#)) e a programação orçamentária com a indicação dos valores suficientes a cobrir a despesas no exercício de 2023 ([1024717](#)).

Reiniciada a fase externa do Pregão com a publicação do Edital ([1033370](#)) em 11/06/2023, esta Diretoria-Geral chamou o feito a ordem, ante a existência de aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI N. 0001028-38.2023.6.22.8000, tendo em vista também envolver o fornecimento de peças para manutenções do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow) instalados nos edifícios da Justiça Eleitoral de Rondônia, devolvendo os autos à unidade demandante (SAOFC/SEMAP) para esclarecimentos acerca da continuidade da operacionalização do Pregão n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13/2023 ([1033342](#)) ou do processamento da inexigibilidade (Despacho 829 ([1036718](#)) proferido nos autos do proc. administrativo [0001028-38.2023.6.22.8000](#)), acarretando nova suspensão do certame ([1037806/1038879](#)) e operando-se baixa da programação orçamentária ([1039527/1039527](#)).

Revogado o edital do Pregão Eletrônico n. 13/2023 ([1033342](#)) com consequente ajuste da última versão do Termo de Referência (TR n. 13/2023 - [1024390](#)), a unidade demandante, solucionando o conflito de objetos entre os presentes autos e o PSEI n. 0001028-38.2023.6.22.8000, suprimiu a previsão relativa ao fornecimento de peças pela futura contratada no presente certame, sob justificativa de que o fornecimento das referidas peças é realizado no Brasil por fornecedor exclusivo, conforme Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA.

Dessa forma, a unidade demandante juntou aos autos **versão final do novo Termo de Referência** (TR n. 16/2023- [1055235](#)) e os anexos ajustados (laudo técnico de defeitos - [1046706](#)), relatório técnico proposta de solução - [1046708](#), ordem de execução - manutenção corretiva - [1046710](#) e modelo proposta - [1046712](#), solicitando, assim autorização para republicação do novo edital para deflagração do pregão eletrônico.

De posse dos autos, a SAOFC despachou com comandos de processamento necessários a serem adotados pelas unidades competente (SAC, COFC, SECONT e AJSAOFC) ([1051991](#)), ocasião em que juntou-se aos autos **minuta do contrato** que regerá a relação entre este Tribunal e a futura contratada vencedora do certame licitatório ([1055235](#)) e **programação orçamentária** para custear a despesa no exercício de 2023 ([1057526](#)), informando, ainda, nos termos do evento n. [1057542](#), a impossibilidade realizar a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME, ao passo, que registrou a previsão de execução orçamentária no exercício vindouro (2024) no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

A SAC concluiu que, após atendimento das diligências,
o **Termo de Referência nº 16/2023** -
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([1055235](#)) -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 (1055601).

Instada a se manifestar, a AJSAOFC, mediante o **Parecer Jurídico nº 197/2023 (1058019)**, ratificou no que não incompatível, os fundamentos e as conclusões dos pareceres jurídicos anteriormente exarados n. 58/2023 ([0992537](#)) e nº 124/2023 ([1019838](#)) opinando pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência nº **16/2023 - SEMAP** ([1055235](#)) pela autoridade competente, para atendimento do inciso II do art. 14 do Decreto Federal n. 10.024/2019, pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, pela inaplicabilidade ao certame do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, pela possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 4.5 c/c 10.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental e pela divulgação dos preços estimados para a contratação

A SAOFC, considerando as razões expostas no parecer jurídico de evento n. [1058019](#), manifestou-se, em síntese, pela aprovação do TR n. 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), autorização da licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo "menor preço" para lote único, inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, divulgação do valor estimado da contratação e pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ([1059036](#)).

Assim, retornam os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente verifica-se que **já foram carreados aos autos todos os documentos de cunho obrigatório exigidos na fase de planejamento da pretensa contratação**, tais como Solicitação de Contratação ([0966241](#)), Estudo Técnico Preliminar para Obras, bens e serviços especiais ([0967470](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0967472](#)) e, **nesta ocasião, após as suspensões do certame, versão final do Termo de Referência (nº 16/2023 - SEMAP** ([1055235](#))), formatado após ajustes apontados em sede impugnação ao edital e diligências da AJSAOFC e DG, contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critério de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

Conforme relatado, a presente contratação, estimada em **R\$ 1.074.222,00** (um milhão, setenta e quatro mil duzentos e vinte e dois reais), **já foi analisada em momento anterior nesta Diretoria-Geral**, sendo exarada decisão administrativa para deflagração do certame, ocasião em que apurou-se a justificativa da contratação pleiteada, sua adequação a modalidade de licitação pretendida, a questão do agrupamento dos serviços em item único, inaplicabilidade do regime de exclusividade da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte considerando que o valor estimado (R\$ 1.074.222,00) é superior ao estabelecido para o regime de exclusividade.

Contudo **em razão da necessidade de alterações no Edital**, mais precisamente na redação do Termo de Referência, impulsionada pelas impugnações e diligências determinadas no curso do procedimento, **os autos retornam a esta Diretoria-Geral** para análise e aprovação de nova versão do Termo de Referência e publicação de novo Edital, a fim de dar continuidade ao processamento do certame para contratação do objeto pretendido por esta Administração.

De antemão registra-se que a **tramitação do feito continuará seguindo o regime jurídico de licitações e contratos administrativos pretérito** (Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002), tendo em vista a disposição expressa na Medida Provisória n. 1.167/2023 que trouxe a possibilidade de licitar ou contratar pelo regime antigo, desde que tenha sido feita esta opção até a data de 31/3/2023, e a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023, como demonstra ser o caso da presente contratação.

Em relação aos demais aspectos da contratação, conforma já anotado nesta ocasião, esta Diretoria-Geral já exarou Despacho n. 723/2023 ([1026401](#)) autorizando a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como abordando a questão da inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a divulgação dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valores estimados para a contratação, comandos esses que ratificados nesta ocasião.

No que diz respeito ao aspecto orçamentário, verifica-se a regularidade da despesa em relação às leis orçamentárias nos termos informados pela SPOF ([1057526](#)), havendo, ainda, informação de previsão do montante necessário destinado a custear o objeto da contratação sob análise.

Nesta ocasião, pronuncia-se, então, apenas no tocante às alterações supervenientes efetuadas e inseridas na nova versão do Termo de Referência (TR n. 16/2023 - [1055235](#)).

No que diz respeito às alterações operacionalizadas no Termo de Referência, quando submetidas ao crivo da Assessoria jurídica da SAOFC, todas foram tidas como pertinentes, essenciais e adequadas nos termos dos regramentos que regem a matéria, a fim de viabilizar a continuidade do processamento do certame licitatório de forma regular, uma vez que se tratam de esclarecimentos técnicos e operacionalizados alterando parcialmente o objeto a ser contratado dando fim ao incidente de aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI N. 0001028-38.2023.6.22.8000 (inexigibilidade).

De acordo com a tramitação dos autos, os alterações efetuados no Termo de Referência n. 16/2023- [1055235](#) serviram para ajustar os valores estimados, relativos ao ano de 2023, constantes na Planilha 5 (Aderência Orçamentária), bem como para retirar a previsão de fornecimento de peças pela futura contratada do citado certame, pois o fornecimento das referidas peças é realizado no Brasil por fornecedor exclusivo, conforme Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, visando garantir economicidade e eficiência à futura contratação.

Como registrado no parecer da AJSAOFC, houve alteração no item 2.1 do capítulo 2 do TR, referente ao detalhamento do objeto, do qual foi excluída a obrigação de fornecimento de peças, conforme acima citado, bem como acrescentado ao objeto o fornecimento de gás refrigerante, o qual já constava na redação do Termo de Referência anterior (item 4.4.2.2 - Manutenção corretiva e item 4.4.3.2 - Fornecimento de peças - manutenção corretiva - TR n. 13/2023- [1024390](#)), na Especificação dos Serviços, bem com previsão expressa de que agora a Administração-contratante será o único fornecedor das peças de reposição, item 4.4.3.2 do capítulo 4 do TR, e consequente alteração no valor de referência da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação (quadro inserto no item 6.1.1, capítulo 6 do TR) e repercussão nos anexos juntados aos eventos de n. [1046706](#), [1046708](#), [1046710](#) e [1046712](#).

Dessa forma, pode concluir que as referidas adequações que integraram agora a redação do Termo de Referência n. 16/2023 ([1055235](#)) e seus anexos, contemplam as alterações necessárias para separar o processo de prestação de serviços do de fornecimento de peças, passando-se agora a ter dois processos distintos, além de outros ajustes em sua redação para correção de erros materiais e quaisquer impropriedades que impactem na futura contratação, que sob o aspecto formal, todas as referidas alterações encontram-se em harmonia com a Lei n. 8.666/93 e a atual jurisprudência.

Sendo assim, analisados os pontos retrocitados, a nova versão do Termo de Referência sob análise encontra-se apta a produzir todos os efeitos jurídicos, podendo compor a minuta do novo Edital do Pregão a ser divulgado contendo as alterações no referido anexo que o compõe.

Registra-se que na minuta do instrumento contratual juntada ao evento n. [1057215](#), conforme anotado no parecer da AJSAOFC, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, encontrando-se aprovadas pela referida unidade jurídica deste Tribunal.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 – Ratifico a aprovação do ETP ([0967470](#)) e, aprovo o Termo de Referência nº 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);

2 - Ratifico a aprovação do valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0967472](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 – Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o **modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro**, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019;

4 – Ratifico a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Também, **não será aplicada** a reserva de cota, com fundamento no **art. 49, III, da LC 123/06 e pelo art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015**;

5 – Ratifico a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante **item 5.2** do Termo de Referência ([1055235](#)); e

6 – Determino a divulgação dos valores estimados para a contratação para fins de composição de preços por parte dos licitantes interessados, conforme definido no item 6.3 - Notas - III do Termo de Referência n. 16/2023 ([1055235](#)).

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/09/2023, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1063451** e o código CRC **1DC62022**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1063451v60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Minuta de Edital - Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 217 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à Contratação de serviço especializado para manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal, consoante Termo de Abertura ([0958499](#)) e Solicitação da Contratação n. 8/23 ([0966241](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 197/2023 ([1058019](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela adoção da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, sendo **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06; pela possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 10.5 c/c 4.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93; pela aferição por parte da SAOFC sobre a efetiva demonstração de indicação da fonte orçamentaria para a cobertura das despesas da contratação no exercício de 2023.

03. Por conseguinte, o SAOFC manifestou-se, entre outros aspectos, pela aplicabilidade dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002, aprovação do novo Termo de Referência - SEMAP 16/2023 ([1055235](#)), inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06, em detrimento do valor da contratação e remeteu o feito à deliberação superior.

04. Ato contínuo, pelo Despacho n. 1111/2023 ([1063451](#)), a Diretora Geral, entre outros aspectos, ratificou a aprovação do ETP ([0967470](#)) e aprovou o Termo de Referência nº 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019; autorizou a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019; ratificou a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a divulgação dos valores estimados para a contratação.

05. Assim, o SAOFC remeteu o feito à ASLIC para elaboração da minuta de edital, e, por fim, a esta Assessoria para parecer ([1065853](#)).

06. Por sua vez, a ASLIC juntou minuta de edital ([1068342](#)) e remeteu o feito para análise e parecer ([1068351](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

É o necessário relato.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

08. Registra-se que a presente contratação encontra-se formatada nos moldes da **Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93** e que **há autorização expressa**, por parte da autoridade competente, datada do dia 27/09/2023 ([1063451](#)), para utilização dos referidos normativos, em harmonia com o **Acórdão nº 507/2023 – TCU – Plenário**.

09. Observa-se ainda que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação decorrentes da legislação regedora.

10. Destaca-se:

a) a indicação do regime legal de regência do certame pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decretos Federais nº 8.538/2015 e 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 (capítulo 1);

b) as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações (capítulo 2);

c) a especificação do objeto pretendido e a informação acerca da dotação orçamentária para a contratação (capítulo 3);

d) o tratamento diferenciado e simplificado previsto na LC 123/2006, de acordo com o item 4.2.1 c/c o Capítulo 11 do edital;

e) a previsão de apresentação de proposta com seus anexos e documentos de habilitação (item 5.1), com a indicação do global da proposta, (item 5.2.1) e, ainda, os anexos obrigatórios da proposta. (5.2.1.1);

f) a adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

g) o critério de julgamento de classificação e aceitação das propostas pelo MENOR VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, expresso em moeda corrente nacional, obtido pelo adequado preenchimento do quadro 2 do ANEXO XVI., item 8.2 do edital;

h) a necessária comprovação da habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n. 9.854/99) e declarações legais, de acordo com os itens 9.1 a 9.7 do edital, enviadas por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

11. Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.

12. Além disso, constatou-se que o pregoeiro cuidou para que os preços estimados fossem divulgados, recomendação devidamente autorizada pela Diretoria Geral do TRE-RO ([1026401](#)) e que consta expressamente no anexo XVI da minuta do edital.

13. Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento ([1027115](#)), ademais reproduzida no Anexo XXIII do edital - sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

14. A minuta do edital é complementada pelos seguintes anexos:

Anexo I - Memorial das Instalações Conforto;

Anexo II - Relatório da Instalação Conforto;

Anexo III - Relação de equipamentos;

Anexo IV - Plano de Manutenção Conforto;

Anexo V - Protocolo de Inspeção;

Anexo VI - Projeto Executivo Equipamentos;

Anexo VII - Projeto Executivo Dreno;

Anexo VIII - Projeto Executivo Elétrico;

Anexo IX - Projeto Executivo Endereçamento;

Anexo X - Imagens do sistema instalado conforto;

Anexo XI - Autorização para retirada de equipamentos;

Anexo XII - Laudo Técnico - Defeitos;

Anexo XIII - Relatório Técnico Proposta Solução;

Anexo XIV - Ordem de execução manutenção corretiva;

Anexo XV - Ficha Histórico Equipamentos;

Anexo XVI - Modelo de Proposta;

Anexo XVII - Modelo de declaração de disponibilidade;

Anexo XVIII - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica;

Anexo XIX - Declaração de indicação e aceitação de responsabilidade técnica;

Anexo XX - Pesquisa de Preços;

Anexo XXI - As Built e Manutenção Ar Precisão;

Anexo XXII - Consulta FAM

Anexo XXIII - Minuta de Contrato;

Anexo XXIV – Termo de Referência nº 16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Não obstante, sugere-se à ASLIC a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

III – CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos ([1068342](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 04/10/2023, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 04/10/2023, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1068529** e o código CRC **FBDEA127**.